2

A CRISE DO SISTEMA LIBERAL E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

2

A CRISE DO SISTEMA LIBERAL E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Actas do Seminário realizado na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, Moita
3 de Outubro de 2000

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

2002

A CRISE DO SISTEMA LIBERAL
E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Actas do Seminário realizado na
Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, Moita
3 de Outubro de 2000

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

2002

FICHA TÉCNICA

Título: A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República
Seminário realizado na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, Moita
3 de Outubro de 2000

Organização e Introdução: Teresa Rosa Gomes da Cruz Silva

Comunicadores: João Bonifácio Serra, Maria Cândida Proença, Maria Alice Samara e Fernando Rosas

Capa: Fernando Carvalho

Tratamento e processamento de texto: Tipografia Belgráfica, Lda.

Revisão: João Bonifácio Serra, Maria Cândida Proença, Maria Alice Samara e Fernando Rosas

Edição: Câmara Municipal da Moita / Departamento de Acção Sócio-Cultural

Data da Edição: 2002

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Tipografia Belgráfica, Lda.

Depósito legal Nº 178072/02

APRESENTAÇÃO

Não é uma questão de somenos afirmar que a Câmara Municipal da Moita possui uma política cultural. Uma política cultural que não é um mero agir avulso ou circunstancial. Uma política cultural que, bem pelo contrário, é uma acção permanente, integrada e com objectivos claros: por um lado, ter para os munícipes uma oferta diversificada e distribuída pelo ano inteiro, já que o consumo de bens culturais é uma forma de auto-enriquecimento da identidade individual, além de ser uma condição incontornável do bem-estar das populações, no seu nível mais profundo; por outro lado, o Município caminha com passos cada vez mais seguros na implementação de condições instrumentais para o apoio à criatividade, porque os criadores e os agentes culturais, além do seu direito a existir e a crescer qualitativamente, são construtores e projectores da identidade do Concelho, podendo e devendo, simultaneamente, ser exemplos positivos e referências pedagógicas no processo do desenvolvimento social.

Esta política cultural pôde ser detectada nos primeiros dias após o 25 de Abril de 1974 como reflexo de um novo espírito cívico e, sobretudo, como uma consequência natural do dinâmico – apesar de reprimido – movimento associativo presente em todo o Concelho que, ao longo de décadas, não só resistiu ao obscurantismo totalitário do regime fascista como respondeu às omissões do Estado, criando estruturas de ensino, promovendo a educação artística e trazendo ao contacto com as populações locais muitas das personalidades de topo no mundo das artes, das ciências e da resistência cultural e cívica.

A institucionalização do Poder Local democrático e a sua complexa resposta à realidade concelhia foram também um processo rico de expe-

riências, entre a improvisação e a planificação, que tiveram pontos altos em seminários como este – *A crise do sistema liberal e a implantação da República* – ou colóquios como o da *Mulher na História* ou, ainda, em encontros como o das *Culturas Ribeirinhas* e jornadas como as do *Património e história local*, não esquecendo o workshop *Redes Locais de Estruturas Museológicas* e, sobretudo, equipamentos estruturantes como a Biblioteca Bento de Jesus Caraça e suas actividades permanentes em todo o vasto leque da oferta e vivência culturais.

O que é natural e imprescindível é que a política cultural do Município continue a estruturar-se e a aventurar-se ainda mais, tanto nos apoios e diversificação do consumo como nos apoios e estímulo à criação. E a edição deste volume, à semelhança do que tem acontecido com anteriores frutos de idênticas realizações, é uma prova de que a acção cultural, entendida como uma política programática ou uma estratégia de desenvolvimento sectorial, é uma seara de sementes múltiplas que germinam nos mais diversos terrenos e dão frutos sem prazo pré-definido.

A edição de *A crise do sistema liberal e a implantação da República* justifica-se não só por estas razões, mas também pelo elevado nível científico e efeito pedagógico dos trabalhos nele contidos. Além de constituir um objecto cultural que prestigia a Câmara Municipal, seria um verdadeiro crime de lesa-cultura não pôr à disposição dos munícipes interessados e mesmo das escolas um repositório tão interessante de dados, pesquisas, análises e interpretações como as que fizeram do seminário respectivo mais um momento marcante na programação cultural do Município.

Miguel Canudo

Vereador da Cultura

INTRODUÇÃO

Para assinalar os 90 anos da implantação da República em Portugal, a Câmara Municipal da Moita, através do Departamento de Acção Sócio Cultural, promoveu a realização de um seminário subordinado à temática. A iniciativa, em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, teve acrescente contributo com as palestras do Doutor João Bonifácio Serra, da Mestre Maria Alice Samara, da Professora Doutora Maria Cândida Proença e do Professor Doutor Fernando Rosas.

A ideologia republicana num contexto de crise do Liberalismo Monárquico Constitucional, a adopção, pela República, de um novo sistema político visando a criação de novos equilibrios na distribuição do poder, a intelectualidade e o sistema educacional durante a 1ª república, bem como o posicionamento republicano perante a Grande Guerra de 1914-18, são abordagens que enquadram a revolução de 1910 e a consolidação do regime republicano.

A leitura destes artigos permitir-nos-à maior e mais clara compreensão sobre o fenómeno ideológico republicano em Portugal. Tendo como causa remota os ideais espoletados e disseminados pela Revolução Francesa de 1789, ampliados e cristalizados pela Maçonaria e Carbonária, tem a sua consubstanciação no crescente urbanismo e no descontentamento político e económico de uma massa de elementos activos emergente, com aspirações a novas condutas políticas e económicas e tendências sociais mais justas e igualitárias. Estas facções

burguesas, esclarecidas e liberais, colidem frontalmente com os obsoletos e autoritários interesses monárquicos e com os recursos políticos empregues na tentativa da sua sobrevivência.

Perante o esgotamento deste sistema político de governação, a implantação da República seria uma questão de tempo. Efectivamente, dois anos após uma tentativa falhada que resultou no regicídio, o ensejo republicano concretiza-se.

O Portugal atrasado estruturalmente e inculto (só cerca de 25 % da população sabia ler e escrever) revela, no entanto, nas áreas limítrofes dos principais centros urbanos, ainda que bastante ruralizadas, facções esclarecidas e disseminadoras, como o revela a ingerência republicana nas vereações de câmaras municipais (muitas a sul, algumas a norte). De facto, a importância do municipalismo republicano, principalmente a sul, era notória: « As câmaras municipais que o Partido Republicano controlava em 1908 estavam todas a sul: Santarém Lisboa, Almeirim, Benavente, Grândola, Lagos, Odemira, Santiago do Cacém, Cuba, Alcochete, Aldeia Galega e Moita (...)» [1]

Os dinamismos locais, centrífugos, frequentemente difundem e consolidam a novidade. Certo é que muitos dos concelhos da margem sul do estuário do Tejo tinham, em 1910, uma considerável massa republicana e proclamaram a República a 4 de Outubro, antecipando em um

[1] Ramos, Rui, *História de Portugal*, coordenação de José Mattoso, Vol. VI, Circulo Leitores, Lisboa, 1994, p. 343

dia a proclamação feita por José Relvas à varanda da Câmara Municipal de Lisboa.

Referências insertas na Acta da Câmara Municipal da Moita da Sessão de 5 de Outubro, como «a Câmara já era composta de Republicanos», «a população republicana do concelho» e «Processos crime a republicanos, em aberto no tribunal de Aldegalega», remete-nos para questões ligadas ao fenómeno local merecedoras de análise, a que, em última instância, este trabalho deu o mote.

DASC / SPCN, Abril de 2002

Teresa Rosa Gomes da Cruz Silva

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA[1]

JOÃO B. SERRA
Membro do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1. A Constituição de 1911

A Constituição aprovada em Agosto de 1911 consagrou o princípio da supremacia parlamentar, relativamente consensual entre os republicanos. O princípio foi concretizado do seguinte modo: o Presidente da República, responsável pela nomeação dos Ministros, é eleito pelo Parlamento, podendo por ele ser destituído. Não dispõe, no entanto, da faculdade de dissolver o Parlamento. Eleito por quatro anos, não pode ser reeleito no quadriénio imediato, condição que igualmente enfraquece a sua magistratura.

---

[1] O presente texto reproduz, com algumas correcções e adaptações, parte de um estudo publicado pelo A. em *A Primeira República Portuguesa: entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, coord. De Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Lisboa, 2000, com o título "O Sistema Político da Primeira República".

Quanto à organização do Parlamento, os constituintes preferiram o bi-cameralismo. As duas Câmaras, dos Deputados e Senado, seriam ambas eleitas por sufrágio directo, a primeira por um mandato de 3 anos, de entre cidadãos com mais de 25 anos, e a segunda por um mandato de 6 anos, de entre cidadãos com mais de 35 anos, com renovação de metade dos seus membros em cada eleição de deputados.

A iniciativa das leis é partilhada: pode caber também ao Poder Executivo, mas só o Legislativo tem competência legislativa geral, não podendo o Presidente da República obstar à entrada em vigor das leis, pois a promulgação é obrigatória.

Os Ministros deviam comparecer nas sessões do Congresso, perante o qual são responsáveis politicamente, uma vez que a Constituição estabelece que "têm sempre o direito de se fazer ouvir em defesa dos seus actos".

2. O sistema eleitoral

A legislação que, no essencial, regeu as eleições republicanas saiu antes das eleições de 28 de Maio de 1911, decretada pelo Governo Provisório da República, e em Julho de 1913. Esta última lei regulava a eleição de deputados e senadores, criados já pela Constituição, e destinava-se às eleições suplementares que teriam lugar nesse ano.

As determinações fundamentais são: o voto secreto e directo é exercido por cidadãos que saibam ler e escrever ou sejam chefes de família, especificando a lei de 1913 o sexo masculino dos cidadãos. O corpo eleitoral aproximou-se dos 850 000 indivíduos (se o sufrágio fosse universal, ainda que masculino, deveria chegar próximo do 1,5 milhões).

O território continental e insular é dividido em 51 círculos

plurinominais. Quanto ao regime de apuramento, em 49 círculos o voto é limitado, e, nos círculos de Lisboa e Porto, aplica-se o método de Hondt. O voto limitado constituía uma modalidade de acesso das minorias à eleição: o boletim de voto devia conter um número de candidatos inferior ao dos deputados a eleger (3 para 4, ou 2 para 3). Nos círculos plurinominais elegiam-se 4 deputados, nos de Lisboa e Porto 10 em cada um. Angra do Heroísmo e Horta elegiam 3 deputados.

Em 1911, a legislação estabeleceu ainda um princípio singular: nos círculos onde o número de candidatos, singulares ou em lista, não excedesse a representação a que o círculo tinha direito, a votação era dispensada, considerando-se automaticamente eleitos aqueles que se tinham candidatado.

Em 1913, a lista das incapacidades será ampliada, e o recenseamento baixa para menos de metade de 1911.

3. A estrutura de poder

Para os clássicos e para a tradição doutrinária da Revolução Francesa, o Legislativo é o órgão democrático por excelência, e, por isso, lhe deviam competir as funções fundamentais do Estado, nomeadamente elaborar as leis que regulam aspectos essenciais da vida social. Foi de acordo com esse princípio que os republicanos decidiram em 1911.

A supremacia concedida ao Legislativo é própria dos momentos de luta contra o Antigo Regime. A opção parlamentarista da República justificava-se em nome de uma recusa do autoritarismo da Monarquia Constitucional, contra a qual se batera o Partido Republicano desde os anos 90 do século XIX.

Ao enveredar, todavia, por uma solução bi-cameral, os constituintes republicanos aceitaram uma forma de compromisso com a tradição da monarquia constitucional. No decurso do debate de 1911, rejeitaram a proposta que a Comissão encarregada de apresentar uma proposta constitucional apresentou de uma Segunda Câmara formada pelos vereadores municipais, e preferiram uma Câmara de Senadores eleitos. A solução consagrava o desejo de temperar a agressividade política de uma Primeira Câmara mais jovem, com um corpo representativo mais conservador.

Quanto às relações entre Executivo e Legislativo, o parlamentarismo assenta normalmente em duas possibilidades em simultâneo: o Legislativo pode demitir o Governo, este pode dissolver o Legislativo. A Constituição de 1911 criou uma fórmula mista: o Legislativo elege e destitui o Presidente que nomeia os Ministros, os quais são politicamente responsáveis perante o Legislativo. Porém, o Presidente não pode em caso algum dissolver a Assembleia.

4. O regime de partidos

Esta estrutura de poder permite criar e praticamente blindar uma maioria parlamentar. O sistema eleitoral favorece a hegemonia de um partido com regular implantação nacional, ou seja que esteja em condições de apresentar listas para a maioria em todos os círculos, e conte com uma clara supremacia em Lisboa e Porto.

Os constituintes fizeram um fato à medida do Partido Republicano Português, que lhe permitiria preencher em eleições pelo menos 2/3 dos lugares do Congresso, fazendo-se a distribuição das sensibilidades

mais radicais ou moderadas entre as duas Câmaras, dos Deputados e Senadores, respectivamente.

O PRP era um partido de mobilização que procurava atrair para acção política vários segmentos sociais urbanos. Enquanto os partidos de notáveis dão prioridade à integração social, inserindo-se na estrutura constituída, os partidos de massas dão prioridade ao antagonismo, mantendo uma tensão com essa mesma estrutura. Mas, no seu interior, manteve sempre uma espécie de partido de notáveis, que, aliás, absorveu figuras provenientes dos partidos de notáveis monárquicos. A sua linha política reflectiu essa duplicidade, com uma oscilação entre a integração (ser qualquer coisa no imediato) e o antagonismo (ser tudo no momento oportuno).

A 5 de Outubro e com o 5 de Outubro, a vitória estava ao lado do partido de massas. Que podia fazer, nesse momento, a oposição interna, dos notáveis? Podia ser tentadora a perspectiva de ocupar 1/3 dos lugares no futuro Parlamento? Para a Oposição monárquica, assustada e desorganizada, a questão não se pôs sequer. Mas as correntes mais conservadoras do PRP deixaram-se seduzir por aquela hipótese que permitia assegurar a sobrevivência e ganhar tempo.

Em Agosto de 1911, os moderados conseguiram formar um «Bloco» político para as eleições presidenciais, as primeiras. Evitaram a eleição de um candidato dos radicais e colocaram na Presidência da República Manuel de Arriaga. Mas o Presidente não tinha poderes formais, sequer informais, que pudessem impedir a tentação hegemónica do partido dominante e garantir o pluripartidarismo perfeito.

O êxito do «Bloco» na eleição do Presidente escondeu por algum tempo a real fraqueza política dos seus componentes. Em finais de 1912, estavam em constituição três pequenos agrupamentos políticos

oriundos dessa maioria conjugal.

O resto do PRP, que era o principal, enquanto aparelho (organizações, redes locais) e enquanto força política e ideológica (bandeiras, liderança de Afonso Costa), permaneceu intacto. Tomou a designação de Partido Democrático. Na sua vocação hegemónica assumiu a identifação com a própria República.

E, desta forma, o pluripartidarismo resultante da fragmentação do Partido Republicano Português evolui para um pluripartidarismo de partido dominante, com competição, mas circunscrita. Muito cedo, as minorias começaram a sonhar com fórmulas não constitucionais de aceder ao governo. Entre elas, o pronunciamento ou golpe de Estado militar-civil, pondo o problema da legitimação do poder político.

5. Conclusão

A posição alcançada pelo Partido Democrático na estrutura de poder, consagrada na Constituição e no conjunto de Leis orgânicas do regime, tornou-se a peça central da vida política da Primeira República. Era uma posição de hegemonia que pode ser resumida na seguinte fórmula: contra ele era muito difícil governar, sem ele era igualmente muito difícil governar.

A tensão gerada pela situação particular do Partido que herdara o aparelho nacional do antigo “partido-frente” republicano envolveu Parlamento, Governo e Presidente, ou seja, todos os orgãos de poder constitucionais. Múltiplas soluções foram ensaiadas, mais bem ou mal sucedidas, visando sempre criar novos equilíbrios na distribuição do poder.

Apesar de algumas adaptações constitucionais terem sido acolhidas, a balança de poder tendeu sempre para os Democráticos e, sempre que tal não sucedeu, no princípio ou no fim estava uma situação de recurso à violência, uma intervenção à margem da legalidade constitucional. As formas recorrentes de criação de factores de equilíbrio foram: a faculdade de dissolução do Parlamento, com o consequente reforço dos poderes presidenciais; a constituição de um bloco partidário alternativo, que disputasse eleitoralmente as maiorias e não apenas as minorias. Embora também tenham sido ensaiadas outras fórmulas, algumas em aberta ruptura com a Constituição de 1911, aquelas foram as preferidas dos protagonistas e certamente também aquelas com que o Partido Democrático se habituou a lidar e teve mais facilidade em resolver – afrontando-as ou assimilando-as.

Em contrapartida, a mudança do regime de sufrágio ou da designação do Presidente não mobilizaram aqueles que se opunham à hegemonia dos Democráticos e, depois da tentativa de alteração provocada por Sidónio Pais, tanto do sistema de governo presidencialista como do método de designação do Chefe de Estado (por sufrágio universal e directo), tais hipóteses não foram seriamente retomadas.

A instabilidade política combinada com a hegemonia teve efeitos perversos, não apenas sobre o funcionamento do sistema, mas sobre as próprias condições subjectivas para a sua reforma. A instabilidade sublinhava a necessidade da integração política e a afirmação dos valores da integração política (unidade em torno das instituições republicanas ameaçadas, patriotismo) agia sempre em prejuízo da valorização do pluralismo e da alternância. O recurso à violência surgia assim como um recurso pertinente, desde que pudessem ser invocados como justificação para intervir os referidos valores da integração e o objectivo central de repor as regras de circulação de poder entretanto modificadas.

A I REPÚBLICA E A GRANDE GUERRA. 1914-1918.

MARIA ALICE SAMARA
Mestre em História do Século XX,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa.

Em Agosto de 1914, sob o sol do Verão, iniciava-se um conflito, que rapidamente deixara de ser europeu para se tornar mundial. Representaria o violento e sangrento epílogo do "velho mundo", enterrado na lama das trincheiras.

Assiste-se ao fim da hegemonia europeia, à queda de algumas das grandes potências de então, ao ruir de impérios e a revoluções, sendo o caso paradigmático a revolução russa de Outubro, ao princípio do fim do liberalismo na suas várias vertentes e a diferentes equilíbrios no campo social.

Foi redesenhada uma nova Europa, mas se as alterações políticas são as mais visíveis (desde já, de uma forma muito simbólica, comparando mapas de antes e depois do conflito), as modificações económicas, sociais e mesmo culturais não são negligenciáveis. Os anos de guerra inauguraram, dolorosamente, o século XX. O crepúsculo da velha

Europa é o tempo da guerra, da fome e da peste, pela terrível "pneumónica".

Ao contrário do que tinha acontecido nos conflitos do século XIX, a Primeira Guerra envolveu militarmente todas as grandes potências da altura, incluído o emergente potentado dos EUA, a maior parte dos estados europeus (com excepção da Espanha, da Suíça, dos Países Baixos e da Escandinávia) e arrastou para o conflito exércitos extra-europeus, desde os canadianos a australianos, neozelandeses, indianos e africanos.

A guerra não seria rápida, como muitos políticos e militares supunham, não se resolveria em semanas ou meses, os soldados não estariam em casa "antes das folhas caírem das arvores", como disse o Kaiser alemão às tropas que partiam na primeira semana de Agosto. Passaria esse Outono e vários outros antes dos expedicionários regressarem.

Por muito violenta que fosse a vertente militar[1] - e era-o de facto -, a Primeira Guerra não deve ser vista apenas deste prisma. Esta contenda inaugura um tipo de conflito mundializado, massificado, industrializado que não atinge somente os países beligerantes e os seus exércitos, arrasta consigo os estados neutrais, a sociedade que ficara na retaguarda. A utilização de mecanismos de pressão, controle e bloqueio económicos e a desarticulação dos habituais circuitos de trocas em tempos de paz trazem a guerra até à vida quotidiana. A interdependência económica, considerada por alguns pensadores como um obstáculo à concretização de um conflito que muitos adivinhavam, não só não funcionou como tal, como afectou a vida daqueles que nem

[1] Centenas de milhares de vidas perdidas no Somme, mais de um milhão em Verdun.

estavam envolvidos na contenda.

Para uma nação em esforço de guerra era necessário conciliar os objectivos táctico militares e o seu próprio equilíbrio interno. A conflitualidade social decorrente da conjuntura económica - escassez de géneros a par da alta de preços - podia funcionar como causa imediata de alterações no campo político de importância e virulência variadas.

Esta introdução, que caracteriza a traços largos a conjuntura deste conflito serve como pano de fundo para a análise da questão "A I República e a Grande Guerra". O que se pretende com esta comunicação é tratar, com a brevidade que se impõe, os problemas centrais, a meu ver, do novo regime neste contexto muito particular da história da humanidade.

São quatro os vectores de análise deste período, de 1914 a 1918. Em primeiro lugar, a entrada de Portugal na guerra, i.é, como se passou da neutralidade à beligerância e quais as razões para a intervenção no teatro europeu. Em segundo lugar, como esta participação dividiu a sociedade e os diferentes grupos políticos em Portugal. Cumpre ainda falar da frente interna, equacionando o binómio subsistências / ordem pública, dando especial ênfase à questão social em detrimento da económica. Por último, a experiência política realizada do fim de 1917 ao final de 1918: o sidonismo.

1. Da neutralidade à beligerância.

Na sessão de 7 de Agosto de 1914, Bernardino Machado, na qualidade de Presidente do Ministério, lera uma declaração sancionada pelo Congresso na qual se afirma que a posição de Portugal deixara de

ser a de neutralidade afirmando-se "(…) o propósito seguro e decidido de cumprir com todos os deveres da aliança com uma das nações em guerra."[2] Dizem também que não pretendem hostilizar a Alemanha o que punha Portugal numa situação no mínimo estranha. Em 23 de Novembro de 1914, o Congresso da República aprovou uma proposta de lei autorizando o poder executivo a "(…) intervir militarmente (…) quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres da nação livre e aliada da Inglaterra (…)". Assim parecia certa e aprovada a nossa cooperação bélica. Mas a entrada de Portugal na guerra - a 9 de Março de 1916 - demoraria bastante tempo e implicaria a persecução de uma estratégia intervencionista de cariz voluntarista que vinha a ser pensada, desde 1912, por vários políticos.

A face mais visível da opção guerrista era Afonso Costa, o líder do partido democrático, mas contava com outros nomes como Norton de Matos, Helder Ribeiro ou Leote do Rego. A entrada na guerra no cenário europeu não significou o termo lógico de uma cadeia de acontecimentos ditos inelutáveis. Não aconteceu porque as situações a isso conduziram, mas porque foram conduzidas para tal.

Verifica-se então um duplo braço de ferro, a nível internacional, entre os guerristas mais radicais que pretendiam mais do que uma discreta cooperação com a Inglaterra e a "velha aliada", e a nível interno, entre os intervencionistas e aqueles que estavam contra a participação portuguesa.

A nível internacional, pretendiam forçar a Grã-Bretanha a aceitar a participação portuguesa como parceiro em pé de igualdade e, paralelamente, provocar a declaração de guerra por parte da Alemanha. Como

---

[2] Citado in "Relatório acerca da Participação de Portugal na Guerra Europeia", *Diário do Governo*, I.ª série, n.º 9 de 17 de Janeiro de 1917.

salienta Nuno Severiano Teixeira[3], Portugal trata com a Alemanha com uma inusitada "dureza", pouco própria de um pequeno país, que é compreensível apenas à luz da necessidade da declaração de guerra, forçando a Alemanha para forçar a Inglaterra à aceitação da colaboração de Portugal.

Os conflitos com esta potência nas colónias portuguesas, iniciados ainda em 1914 e motivando o envio da várias expedições, não causaram o rompimento de relações diplomáticas. África era um "cenário periférico".

Os que defendiam a entrada no conflito queriam pressionar a Inglaterra para dar o seu aval à participação portuguesa, invocando a aliança e, de alguma maneira, fazer com que Portugal fosse convidado a participar na guerra. A "velha aliada" pretendia manter os direitos - não se coibindo de fazer pedidos a Portugal - que lhe eram conferidos pela aliança, mas sem os deveres daí decorrentes. Interessava-lhe uma colaboração oficiosa de Portugal. Não lhe agradava a ideia de ter de financiar o esforço de guerra português e desejava manter a neutralidade da Península Ibérica.

Restava aos intervencionistas esperar pelo momento certo para pressionarem a Inglaterra. E a oportunidade surgiu com o pedido inglês de apresamento de navios alemães surtos em portos portugueses. O governo de Lisboa faria isso, desde que a aliança fosse invocada. Dado o assentimento inglês não tardou que a Alemanha declarasse guerra a Portugal, a 9 de Março de 1916.

A nível interno, entre a participação sancionada pelo congresso

---

[3] TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra. 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Ed. Estampa, 1996.

até à constituição da denominada equipa de guerra do governo Afonso Costa (com Augusto Soares no Negócios Estrangeiros e Norton de Matos na Guerra), em fim de ’15, os anti-intervencionistas tinham logrado inverter a política de participação na guerra. Fizeram-no, durante a ditadura de Pimenta de Castro (de Janeiro a Maio de 1915).

Mas a vitória da estratégia de intervenção, depois de Março de ’16, não fez desistir os seus opositores: em Dezembro de 1916, o golpe de Machado Santos tinha uma forte vertente anti-guerrista; também durante o golpe de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917, não se deixaram de ouvir os gritos de “Abaixo a guerra! Ninguém mais vai para a guerra!”.

Depois de brevemente analisada a história da entrada no conflito é preciso perguntar porque é que Portugal foi para a guerra.

A participação portuguesa deve ser vista sobre dois ângulos distintos, o colonial e o europeu. Em primeiro lugar, a tese da defesa colonial, já utilizada na altura como explicação, deve ser considerada válida e legítima. A intervenção no teatro de guerra africano era consensual na sociedade portuguesa (excepto para um sector anarquista) e surgia como uma consequência directa dos perigos a que os territórios estavam expostos. Face a movimentações germânicas (ataques e sublevações de populações), era necessária uma defesa.

Por outro lado, é preciso explicar a participação no teatro europeu, que já não pode ser plenamente entendida utilizando o argumento colonial, muito embora a eventual presença nos acordos de paz - nos quais se trataria deste problema - fosse apenas possível se o esforço militar feito fosse “visível” e não num teatro de operações periférico como o das colónias.

Para além da tese colonial, outros dois argumentos têm sido

esgrimidos para entender a opção guerrista portuguesa: o da afirmação internacional e o da necessidade de criar uma causa patriótica capaz de fomentar a coesão dentro do campo republicano e de unir os portugueses em torno da pátria e do regime.

Se Afonso Costa era um dos principais mentores da estratégia intervencionista cumpre ouvi-lo, antes de mais, sobre o que considera as razões da entrada de Portugal no conflito. Na histórica sessão de Novembro de 1914 afirma: "Quero exprimir o pensamento de que não vejo que Portugal se afirme como ele é e como quer ser, senão tomando parte nos combates que se travam na Europa, para onde todo o mundo olha e onde o esforço de um representa o esforço de cem ou mil, quando realizado em outra parte. E não que nós descuremos ou esqueçamos os nossos primeiros e essenciais deveres de defender o nosso território continental ou colonial (…); mas, independentemente desse nosso dever imediato, directo e instante, nós temos de realizar um outro, e esse nos campos de batalha da Europa, onde se afirmará quem existe ou não existe." E concretiza mais adiante: "(…) quero que a República Portuguesa exista na consideração do mundo inteiro, de todos os povos, de todas as civilizações e de todos os tempos, pelo procedimento que adoptámos." [4]

António José de Almeida, na qualidade de presidente da "União Sagrada", na sessão do Congresso de 7 de Agosto de 1916, constrói uma argumentação semelhante afirmando que a espada portuguesa vai pesar nos destinos do mundo, de um novo mundo que vai surgir depois da guerra.

---

[4] Sessão extraordinária 10-A de 23 de Novembro de 1914 in *Discursos parlamentares. 1911-1914*, compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, Amadora, Livraria Bertrand, 1976.

São apenas dois exemplos de um discurso repetido no Parlamento e em alguns jornais. As ideias chave eram a garantia da liberdade e independência, o engrandecimento e prestígio da República.

As publicações em França e Inglaterra, contendo as razões intervencionistas, da participação de Portugal ao lado dos aliados, são mais um dos sinais desta estratégia de visibilidade internacional. Tal como a "tournée" de propaganda no estrangeiro (Itália e França) de Magalhães Lima em '16.

No entanto, este argumento - credibilização internacional - articula-se com a ideia já exposta por Vasco Pulido Valente[5] e Nuno Severiano Teixeira[6] de que a entrada na guerra se justifica pela necessidade de unidade nacional em torno de uma causa que, segundo se cria, poderia mobilizar os portugueses - sobretudo os não republicanos - em torno da nova bandeira e do novo regime. Porque a implantação da República não significou a adesão de todo o país ao novo regime. Existia o "inimigo armado" - os monárquicos - o "inimigo dos púlpitos" e um vasto país conservador e rural que ignorava, quando não hostilizava, a República.

Dar um lugar no "concerto das nações" que dignificasse Portugal não funciona apenas como um argumento de política externa; credibilizar a República no exterior era, também, legitimá-la para "consumo interno". Dar importância internacional aos novos dirigentes políticos - em alguns casos, muito dela carecidos - era uma maneira de os apresentar internamente credíveis.

---

[5] PULIDO VALENTE, Vasco, "Portugal e a Guerra de 1914-18", *O Tempo e o Modo*, n.º 33, 1965.

[6] TEIXEIRA, Nuno Severiano, *op. cit.*

Restaurar o prestígio de Portugal, no exterior, tinha como reverso da medalha, a constatação fáctica de que a República libertara o país de um período dito de decadência e iniciara o caminho do progresso, simbolizado pela presença nesse "novo mundo" que criam que a guerra forjaria - e que de facto forjou. Nasceria, então uma "Pátria nova" que combatia na Europa onde se encontrava o seu futuro de nação livre.

A entrada do novo regime na gesta heróica nacional, com um "lugar ao sol" face a uma Espanha neutral e uma Europa maioritariamente monárquica eram argumentos que visavam matar *in ovo* as conspirações e movimentações dos monárquicos, que, segundo esta lógica, perderiam as razões para tentar derrubar a jovem República, com a conivência de algumas monarquias europeias. O mesmo era válido para a "agitação" dos republicanos descontentes e/ou não intervencionistas e do movimento operário. Atentar contra o regime era, agora mais do que nunca, antipatriótico, e mais do que isso, servia a política não só dos inimigos da República, mas agora dos inimigos de Portugal, servindo os interesses da Alemanha. Quantas vezes não se disse que as reivindicações operárias eram pagas com ouro alemão…

Em guerra não se pode questionar o regime - e os actos do governo - não se deve criar instabilidade, deve-se, ao contrário, fomentar a união.

2. Do Intervencionismo à "guerra à guerra": uma sociedade dividida.

Na nota do governo alemão, aquando da declaração de guerra, diz-se que "A imprensa e o Parlamento durante toda a existência da guerra entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a

complacência mais ou menos notória do Governo Português”[7]. Tal afirmação não nos deve levar a pensar que a sociedade portuguesa no seu todo apoiava a política de guerra. Ainda que boa parte da opinião pública, sobretudo a urbana e republicana, nutrisse simpatia para com a causa dos aliados - nomeadamente através de manifestações -, isso não significava que estivesse disposta a ir combater por ela para as trincheiras. Entre a simpatia e o sacrifício ia uma enorme distância.

A política intervencionista era defendida pelo Partido Democrático, pelo evolucionismo de António José de Almeida, pelo Partido Socialista e por uma parte do anarquismo (nomeadamente Emílio Costa e *O Germinal*). O anti-intervencionismo, por seu turno, era apanágio da direita do espectro político, isto é, o Partido Unionista, a direita do Partido Evolucionista, e a direita monárquica. Existia, no entanto, um forte sector anti-guerrista no anarquismo e no anarco-sindicalismo, com razões claramente distintas do restante anti-intervencionismo. O germanofilismo é defendido por pequenas bolsas políticas, tais como o integralismo lusitano e outros monárquicos tradicionalistas.

Durante este período cada um destes grupos tentou mobilizar a população para a sua causa, esgrimindo os seus argumentos.

Logo depois de se iniciar o conflito na Europa vários intervencionistas como Alexandre Braga, Magalhães Lima, mas sobretudo Leote do Rego, dedicaram algum tempo a fazer “conferências patrióticas” nas quais pretendiam explicar a “conveniência” e “necessidade” de Portugal entrar no conflito, ao lado dos aliados. Estas efectuaram-se, na maior parte dos casos, em Lisboa e arredores e tiveram lugar em centros ou clubes democráticos. Para além disto a campanha pró-aliada

[7] Sessão n. 9 de 10 de Março de 1916, Congresso da República.

foi feita através de artigos de jornais.

Mas, tal como referem vários intervencionistas, a propaganda "guerrista" foi insuficiente, tendo os governos uma pequena participação. Em '16 apenas se fez um comício na Batalha (segundo alguns machadistas só assistiu quem veio de Lisboa com comboio pago), apesar de estarem programados vários (pelo menos mais um anunciado para os Jerónimos). Em '17, muito embora se tenha pensado em iniciativas semelhantes estas nunca se realizaram.

Apesar da constituição de organizações pró-intervenção como a Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Junta Patriótica do Norte ou a Junta Nacional de Propaganda Patriótica, de se efectuarem conferências e de se verificarem algumas iniciativas individuais como, por exemplo, a de Jaime Cortesão e a de Ana Castro Osório que escreveram obras "guerristas", a necessidade de "explicação" ficou por satisfazer. A propaganda efectuada, quase sempre nos centros urbanos - especialmente na grande Lisboa -, deixava de fora quem mais precisava de ser convencido das vantagens da participação portuguesa visando quase exclusivamente os republicanos democráticos.

Por outro lado, vários testemunhos indicam que se fazia propaganda contrária à guerra e germanófila. Cumpre aqui referir que, para democráticos e intervencionistas, todos os que estavam contra a participação no conflito eram logo expeditamente apelidados de germanófilos, o que de facto não corresponde à realidade portuguesa. O estar contra a política guerrista encerrava um vasto leque de atitudes, das quais de pode referir a posição sindicalista ou a unionista, de princípio aliadófilas.

Do púlpito à caserna várias eram as vozes que estavam contra a guerra e, aproveitando as dificuldades sentidas, contra a República. A crise económico-social decorrente da beligerância serviu aos vários descontentes com a política republicana / democrática como leit-motiv

para uma intensa campanha contra aquela república, para uns, contra o regime, para outros.

Como por toda a Europa, a questão da guerra abriu profundas clivagens no seio dos diferentes sectores sociais. A duração inusitada do conflito e os seus efeitos fariam esmorecer mesmo os ânimos mais "guerristas".

E para a grande maioria do país, para os milhares de camponeses mobilizados para as trincheiras, o que significava a guerra europeia? Era algo distante, sem sentido. Não era fácil convencer um camponês que devia ir até Lisboa, embarcar e atravessar o mar para, numa terra longínqua, se bater por Portugal e pelo Império. E como explicar que iam lutar pelo "Direito", pela "Liberdade", pela "civilização latina"?

3. A frente interna: subsistências e ordem pública.

Sem querer entrar por uma discussão acerca do estado e da evolução da economia portuguesa durante os anos da guerra, farei apenas uma breve síntese da questão.

Portugal era um país com uma balança alimentar deficitária em quase todos os géneros de 1.ª necessidade. Tinha uma indústria pouco desenvolvida. A balança comercial e de pagamentos eram também deficitárias. Para fazer face às enormes despesas decorrentes da preparação e participação no conflito os governos recorrem ao crédito, quer interno - através do aumento da circulação fiduciária, quer externo - em Londres. Esta situação acarretava uma subida de preços.

A existência de um ciclo inflacionista está directamente ligada a um dos dados fundamentais do quadro económico - a questão das subsistências. Esta consiste na associação da escassez de géneros com

a carestia, agravada por deficiências do sistema de organização central no que toca a abastecimentos, fixação e uniformização de preços. E ainda por dificuldades na distribuição e transporte e pela existência do açambarcamento e mercado paralelo ou "mercado negro".

Qual foi, então o aumento do custo de vida? Pelos cálculos apresentados no boletim da União Operária Nacional[8] os preços dos géneros a retalho, desde 1914 até 1917, teriam aumentado 100%, enquanto que as rendas de casa, por cálculos de Fevereiro de '18 [9] teriam aumentado entre 50 e 300%. É preciso ressalvar que 77% do orçamento familiar se canalizava para estas despesas. Segundo uma estatística de E. Bettencourt, no Diário de Notícias[10], o aumento médio dos preços a retalho de 50 produtos diferentes seria, em Março de '18, de 157%. Para os géneros de primeira necessidade o aumento seria de 240%. O Boletim de Previdência Social[11] compara o aumento dos preços com o aumento dos salários: estes nunca atingem os valores que a tendência altista impõe aos preços.

O poder de compra do vencimento efectivo baixara para o funcionalismo público, para o exército e em geral para todas as classes sociais, mesmo para as mais bem pagas, operando-se um nivelamento por baixo. Os sectores da sociedade que baseavam o seu orçamento familiar em salários, rendas e rendimentos fixos assistiam a uma depreciação dos seus recursos.

---

[8] In *O Movimento Operário*, I Ano - n.º 3 - Junho e Julho de 1917.

[9] *In O Movimento Operário*, I Ano - n.º 8 - Fevereiro de 1918.

[10] Citado por SALAZAR, Oliveira, *Alguns aspectos da crise de Subsistências*, separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1918.

[11] BOLETIM DE PREVIDÊNCIA SOCIAL , Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social, Ministério do Trabalho, N.º 9 - Janeiro/Dezembro 1920, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

As informações também se encontram nos números seguintes [até ao 14]

À carência decorrente desta conjuntura soma-se o efeito devastador das epidemias, sendo de referir o tifo - cujas primeiras notícias são de Janeiro de ’16 surgindo de novo em ’17 e ‘18 - e a tristemente célebre “pneumónica” - particularmente virulenta no 2º semestre de ’18, em Outubro e Novembro.

A estrutura demográfica portuguesa ressente-se mais das mortes por doença, que das baixas na frente de combate. As perdas do Corpo Expedicionário Português, entre mortos e prisioneiros, foram de 7,000 praças e 300 oficiais. A descida no crescimento fisiológico verifica-se, moderadamente, desde 1914, mas só assume valores negativos em 1918 :-11,19 em permilagem. A mortalidade estaria nos 2,5% no quinquénio 15-19.[12]

O ano de 1918 contribuíra em muito para o aumento da mortalidade por questões de doenças - 248.978: só de gripe atestam-se cerca de 55 mil óbitos em ’18, número que contrasta com os 1 205 do ano anterior. O director geral dos serviços de Saúde afirma *“(…) que a influenza de 1918 nos levou mais de 100.000 vítimas (…)”*[13] A febre tifóide, o tifo e a varíola seriam os responsáveis por cerca de 7 mil óbitos, número muito semelhante ao da pneumonia. Como dizia Ricardo Jorge, em 1918: “*Portugal é um país tífico.*”[14] , e sê-lo acarreta a constatação de que parte da população vivia mal alojada, mal mantida e com péssimas condições de higiene e salubridade, facilitando o contágio. Grassavam com muita facilidade as doenças infecciosas como a varíola, o sarampo e a febre tifóide. As epidemias, para além do

---

[12] Números de Paulo Guinote “ A sociedade: da agitação ao desencanto” in REIS, António, (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, ed. Alfa, s.d.

[13] Relatório do Prof. Ricardo Jorge, citado por Velhinho Correia, *op.cit.*

[14] Relatório apresentado pelo Dr. Ricardo Jorge ao Conselho Superior de Higiene, em sessão de 19 de Fevereiro de 1918.

perigo real, criavam situações de pânico, de desespero e um ambiente de tragédia.

A "magna questão das subsistências" não podia deixar de ter repercussões no âmbito da "ordem pública".

O descontentamento grassava pelo mundo rural, exacerbado pela questão religiosa. As velhas feridas foram reabertas com as perseguições que de novo se verificaram aquando das "aparições de Fátima". A cidade é tida como ateia, jacobina e intervencionista e daí recusa da saída dos géneros alimentares pelas comunidades rurais. Era um sinal do isolamento social e político da cidade mas, para além disto, o que estes levantamentos populares demonstram, chamados com os sinos a rebate, é o medo antigo e profundo da fome. Se não temos que chegue, porquê partilhar?

Também na cidade a questão da ordem pública - intimamente associada à das subsistências - se pôs. Vários foram, ao longo dos anos de guerra, os assaltos a armazéns, estabelecimentos comerciais e mercearias, o mais violento dos quais em Maio de '17, a denominada "Revolução da batata"[15] . Tinham uma carácter inorgânico, sem chefia ou organização. Ao contrário das contestações, movimentos e greves, lideradas pelas associações de classe e frequentemente tuteladas ou dirigidas pela União Operária Nacional. De salientar as do Verão de 1917: construção civil, telegrafo-postal, companhia das águas, etc. A resposta do governo de Afonso Costa foi uma violentíssima repressão, que não deixaria de empurrar os operários para os "braços" do sidonismo.

---

[15] Para além deste: 18 de Setembro de 14; 3, 7 e 11de Março de '15; 14 Maio'15, 29, 30, 31 de Janeiro de '16, inícios de Dezembro de '17.

Situação que parecia tanto mais negra quando comparada com a prosperidade de um punhado de açambarcadores, grossistas ou daqueles que tinham "negócios de guerra". Raul Brandão afirmava *(…) nunca se enriqueceu, como agora, de um dia para o outro, enquanto há fome em muitos lares (…)"*[16].

4. O sidonismo.

De 5 a 8 de Dezembro Lisboa assiste a mais um movimento revolucionário. A República não tinha uma existência tranquila e a crise aberta pela participação portuguesa na guerra europeia viera abrir novas clivagens na sociedade portuguesa, ao invés do almejado pela política intervencionista que esperava unir todos os portugueses em torno de um "patriótico" esforço comum. Nada de mais errado.

Em Dezembro daquele extraordinário ano de 1917, ano de grandes dificuldades, de calamidades e milagres, a política de guerra conseguira concitar os ódios de uma vasta fronda política e social. Estava-se contra a intervenção na guerra, que tantas dificuldades trouxera, contra a "ditadura" do partido democrático, que parecia eternizar-se pelo poder, contra a demagogia afonsista. O movimento operário estava pronto a apoiar um governo que ouvisse as suas reclamações e libertasse os seus presos. Mesmo dentro do partido de Afonso Costa se ouviam vozes divergentes, nomeadamente dos combatentes das Flandres.

Dia 8, depois de sangrentos combates e de saques a mercearias e estabelecimentos feitos pela população, a Junta Revolucionária,

---

[16] BRANDÃO, R., *Vale de Josafat. Memórias*, volume III, Perspectivas e Realidades.

presidida por Sidónio Pais, era senhora da situação.

Apenas inicialmente o sidonismo se confundiu com uma mudança de turno governativo. Pela classificação de Sidónio: era a República Nova. Este qualificativo não deixaria de ganhar um significado no léxico político, associado, desde então, a experiências políticas de direita, que visavam ultrapassar o impasse que a crise do sistema liberal colocara. A experiência de Sidónio Pais pode ser entendida como a erupção de uma forma de descontentamento e desilusão face à República.

Não é fácil caracterizar o sidonismo. No seu ano de existência foi uma experiência em mutação: de um governo republicano a uma espécie de presidencialismo, a uma ditadura de tipo novo. A sua base de apoio vasta, heteróclita e em constante mutação foi-se tornando mais exígua, até que só a figura de Sidónio Pais a segurava.

E assim somos levados a reflectir sobre o primeiro aspecto inovador e os outros a ele associados, a chefia carismática como forma de legitimação do poder, assente na dicotomia propaganda/repressão, esta última representada pela polícia preventiva, com uma finalidade de controle político e social. Como afirmara o próprio Sidónio: "*(...) procurarei, (…) corresponder à confiança que em mim depositaste, sendo o teu amigo de todas as horas e interpretando o teu sentir e a tua vontade soberana, única a que me curvarei (...)*"[17]. Contudo, não bastava "interpretar o sentir" do povo português, era necessário uma legalização por eleição. Modificando a lei eleitoral, para escândalo de muitos e bons republicanos, faz-se eleger por sufrágio directo e universal (masculino). E com um presidente eleito, este passaria a ser

[17] *Um ano de ditadura. Discursos e alocuções de Sidónio Pais*, [coligidos e ordenados por Feleciano de Carvalho com um estudo político de João de Castro], Lisboa, Lusitânia Editora Limitada, Biblioteca de Acção Nacionalista, 1924.

o chefe de governo, passando os ministros a Secretários de Estado.

Lente de Coimbra pede uma farda emprestada para a revolta, a qual não mais tiraria. De apagado político a "garboso militar" que conquistava, nas suas várias viagens pelo país, a massa que o vinha esperar. Ou como dizia Egas Moniz: "*Até a sua figura o favorecia. Tinha linha, como se dizia por toda a parte. Sabia atrair com sobriedade de maneiras. E ao mesmo tempo cultivava o mise-en-scéne da situação*."[18] Ora é de mise-en-scéne que se deve falar: o poder encena-se, renova a sua imagem. Corresponde à aspiração de ordem: torna-se bélico, marcial, mas simultaneamente caridoso. Sidónio deixa-se fotografar debruçado sobre os tifosos, ou nos lanches com as criancinhas. Mas o que realmente caracteriza a "República Nova" são as paradas militares e o melhor exemplo é a de Novembro, contra a desordem, contra os "bolcheviques", nos dias da greve geral. É um bom exemplo da mobilização "nacional" em torno da ideia de ordem, a que os grupos (milícias) obreiristas e anti-plutocráticos respondem, bem como boa parte da população Lisboeta, com o laço verde na lapela.

Para além de ter reforçado o poder executivo, pretende disciplinar o parlamento e congregar numa única organização as diferentes sensibilidades políticas conservadoras, unidas por um denominador comum. É assim que surge a ideia de um partido único, que empurraria para a ilegalidade todos os outros. Mas o Partido Nacional Republicano, de força de coesão tornou-se a ressonância das divergências que minam o sidonismo.

Era necessário representar a nação, a verdadeira nação, e não aquela que era representada nas anteriores câmaras republicanas. Para

---

[18] MONIZ, Egas, *Um ano de política*, Lisboa, Portugal-Brasil L.da Sociedade Editora, 1919.

tal, com uma ajuda da *intelegentzia* integralista, cria um Senado parcialmente corporativo, que representava as "forças vivas", os diferentes interesses, as diferentes regiões, as diferentes classes. Sobre tudo isso o Estado deveria ter um papel mais interventivo e regulador.

O assassinato de Sidónio Pais quebraria o encantamento. Era a estocada final num regime eivado de contradições: entre monárquicos e republicanos, entre parlamentaristas e presidencialistas, entre sidonistas e aqueles que apenas queriam aproveitar o regime para o tornar outra coisa… O que unia as várias sensibilidades de direita era ainda muito ténue. Os tempos não estavam maduros. Ainda…

5. Conclusões gerais

1. O Estado português comprometera a sua estabilidade económica e financeira com as despesas decorrentes da participação militar e da crise que a acompanhou, vendo-se impossibilitado de lançar as bases para o desenvolvimento do país, de financiar projectos de infraestruturas, de conceder créditos, no pós-guerra. O estado sairia do conflito empobrecido, endividado e sem recursos. O fim da guerra não correspondeu ao fim da crise económica, muito pelo contrário, assistiria ao seu agudizar.

2. Muito embora as situações de guerra, ao diminuírem a concorrência externa, possibilitando uma política de substituição de importações, possam ser benéficas para economias periféricas, em muitos casos, os lucros provenientes da guerra não beneficiaram indústrias que pudessem efectuar um salto quantitativo e qualitativo. Assim, boa parte das fortunas da guerra não resistem às crises de restruturação e restabelecimento da economia, não resistem à contínua

alta de preços e desvalorização monetária, ainda para mais sem um Estado economicamente são.

3. Abre-se a discussão acerca da natureza e do papel do Estado, quer a nível económico, quer pondo em causa as linhas de orientação políticas. A crise de guerra agrava a crise do sistema liberal em Portugal.

4. Ao invés de criar uma união em torno da República, os efeitos da intervenção viram nascer uma vasta fronda social que se iria opor ao regime, sendo o ensaio geral para o futuro derrube da República.

5. O principal desiderato da estratégia afonsista a nível interno - a coesão nacional - não fora atingido; antes pelo contrário, esta conjuntura abre uma crise à qual a República, em última análise, não iria sobreviver.

A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO

MARIA CÂNDIDA PROENÇA
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Membro da Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

1. O papel da educação na cultura política republicana

Na sua primeira experiência, em Portugal, o republicanismo surge-nos sem um corpo ideológico próprio, pois mesmo a obra de Henriques Nogueira que anuncia alguns dos temas mais caros da futura propaganda republicana, é de nítida inspiração socialista. Esta relação unitária com o socialismo passou, contudo, a ser posta em causa a partir da década de 70. Joel Serrão considera que para tal facto terá contribuído o exemplo estrangeiro: "*A experiência da Comuna (1871) não só dera origem a uma República que assentara nos escombros fumegantes daquela, mas também, por toda a parte, joeirara o possível do utópico e obrigara a opções decisivas* - ***república democrática****, na linha do liberalismo, ou* ***república social****, e esta de feição claramente anti-burguesa.*"[1]

[1] Joel Serrão op. cit. p. 83

Data desta década uma nova estratégia da propaganda republicana que passou a assumir características mais conservadoras, na linha de um liberalismo democrático, mas onde ainda se albergavam tendências diferentes, desde um republicanismo federal muito próximo do socialismo, até aos positivistas, como Teófilo Braga, que consideravam que "*as emoções socialistas atrasaram a reorganização política deste país*"[2] e que, abandonando os ideais de reformismo social, passaram a enveredar decisivamente por uma política de propaganda que fazia depender da mudança de regime a solução para os diversos males que afligiam a Pátria. Esta nova estratégia passará a congregar o esforço das hostes republicanas num crescente contínuo que alcançará os seus pontos mais entusiásticos nos festejos das comemorações do centenário da morte de Camões e nas grandes manifestações nacionalistas de repúdio pelo Ultimatum Inglês[3].

A inclusão do republicanismo num liberalismo de carácter democratizante não deixa margem para dúvidas, mas em relação ao positivismo não se pode postular que fosse esta a única corrente de pensamento a influenciar a elite intelectual republicana, pois, apesar da nítida influência da obra de Comte e, posteriormente, de Littré entre a

---

[2] Braga, Teófilo, *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, 1880, p. 315. Os problemas da ligação entre republicanismo e positivismo foram têm sido analisados por vários historiadores. Além de Joel Serrão podemos citar alguns estudos mais recentes de Carvalho Homem, Amadeu, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989 e de Catroga, Fernando, *A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1977.

[3] Sobre o Ultimatum Inglês e a sua repercussão na opinião pública, com o consequente aproveitamento pelo Partido Republicano veja-se Teixeira, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.

maioria dos grandes vultos do republicanismo português, não se pode negar que também existiam outras tendências. Veja-se o exemplo de Sampaio Bruno, reconhecidamente anti-positivista e cujo ardor republicano não deixa margens para dúvidas. O positivismo republicano, como o positivismo português em geral, não revestiu carácter dogmático. Adoptando uma posição mais heterodoxa, reteve da obra comtiana a "teoria dos três estados" e a crença na necessidade imperiosa do advento do estado positivo, mas ao recusar as teses místicas do fundador não sistematizou propostas tendentes a institucionalizar uma "religião da humanidade". O positivismo em Portugal caracterizou-se fundamentalmente pelo seu cientismo e pela crença na evolução e no progresso.

Basílio Teles, um dos grandes ideólogos republicanos, afirmava que *"todas as energias e valores sociais figuravam no partido"*[4] e, na verdade poderiam encontrar-se defensores do republicanismo em diversos estratos sociais, desde grandes proprietários como Henriques Nogueira e José Relvas, a professores universitários como era o caso de José Falcão, Teófilo Braga e Duarte Leite entre outros, ou a pequenos comerciantes e industriais. Se analisarmos as categorias socioprofissionais dos principais activistas republicanos encontraremos: médicos, professores, profissões liberais, industriais, comerciantes e um número assinalável de farmacêuticos, em suma, uma grande percentagem de profissões para cujo desempenho era necessário possuir um curso superior, o que permite afirmar que o republicanismo recrutaria as suas hostes entre uma elite intelectual que pensava o futuro da Pátria na busca da regeneração capaz de inverter a situação de decadência a que a monarquia a conduzira.

---

[4] Teles, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, Lisboa, Portugália Editora, 1968, p. 78.

No binómio decadência/regeneração surgiu e consolidou-se ao longo do século XIX o pensamento republicano tornando-se esta dicotomia um dos principais vectores da sua cultura política. A elaboração e divulgação da tese da dependência externa face à Grã-Bretanha tornou-se outro dos esteios políticos do republicanismo que não se cansava de vituperar a velha aliança e a posição da nossa aliada preferencial em diversas ocorrências, desde a independência do Brasil ao Ultimatum.

O combate ao rotativismo monárquico e a defesa do sufrágio universal constituíam também pontos altos da propaganda republicana que, na década de 90, tinha abandonado as teses federativas que perfilhara de início para adoptar um empolgado discurso nacionalista e colonialista. Neste aspecto a República foi ainda mais longe do que a monarquia que acusava de inércia e descuido face ao Império Ultramarino.

Um outro aspecto relevante do pensamento republicano é o seu reconhecido anticlericalismo, característica muitas vezes associada à filiação maçónica de muitos dos membros do P.R.P. Outros autores, porém entrevêem nesta posição a influência da luta anticartista. *O anticlericalismo - e sobretudo, o antijesuitismo - do republicanismo, além de prender-se, geneticamente, à inspiração maçónica, liga-se também, unitariamente, à tensão anticartista, ou seja, à estrutura do liberalismo, tal qual se intitucionalizou, entre nós. Na verdade, nesse polemismo anticlerical, ausculta-se a mágoa e o rancor pela aliança estreita, estabelecida entre a Igreja e a Carta Constitucional.”*[5]

---

[5] Joel Serrão, op. cit. p. 91

Um dos principais vectores da propaganda republicana em que cristalizam as esperanças de ressurgimento nacional aliadas a este movimento foi a sua acção em prol da educação do povo. Como já se afirmou, a propaganda republicana intensificou-se consideravelmente na situação de crise que assolou a monarquia portuguesa na última década do século XIX. Nesta conjuntura, assistiu-se a um vigoroso crescimento do P.R.P. que se traduziu na organização de uma série crescente de agremiações (centros, grupos, associações, ligas, grémios, escolas, clubes...) que desempenharam papel de relevo na difusão dos ideais republicanos. Um dos aspectos mais salientes da obra efectuada por estas associações foi, sem margem para dúvidas, o formidável impulso concedido à causa da instrução.

Para os mais destacados dirigentes republicanos a instrução do povo era condição indispensável à sua consciencialização cívica e à sua elevação moral e espiritual. Estes objectivos não poderiam alcançar-se apenas pela divulgação do ensino primário, embora este fosse a base inicial para o desenvolvimento de cidadãos mais instruídos e mais conscientes, pelo que, a par com as aulas que funcionavam em regra à noite, se realizavam nos centros republicanos sessões de divulgação cultural orientadas pelos mais prestigiados membros do Partido: professores, escritores e artistas. As prelecções incidiam sobre história pátria, geografia, ciências naturais, literatura nacional, questões políticas nacionais e internacionais, além de outros temas relacionados com a vida quotidiana das populações.

No final da monarquia existia um total de 160 centros republicanos, dos quais cerca de 40% se situavam nas cidades de Lisboa e Porto. Se a estas cidades juntarmos as associações existentes nos respectivos distritos a percentagem sobe para 65%, o que é deveras significativo.

O republicanismo em 1900-1910
Centros republicanos (associações e escolas)[6]

Viana do Castelo	2	Braga	3
Vila Real	4	Bragança	–
Porto	11	Porto (cidade)	30
Aveiro	3	Viseu	3
Guarda	1	Coimbra	8
Castelo Branco	–	Leiria	3
Santarém	18	Lisboa	30
Lisboa (cidade)	33	Portalegre	2
Évora	4	Beja	1
Faro	2	Horta	1
Timor	1	**Total**	**160**

O pensamento pedagógico republicano, com raras excepções,[7] foi profundamente marcado pela pedagogia positivista. Entre os principais representantes republicanos desta corrente pedagógica, durante o período monárquico, registamos os nomes de Emídio Garcia, Teixeira

[6] In Oliveira Marques, *Portugal da Monarquia para a República - Nova História de Portugal*, vol. XI. Lisboa, Editorial Presença, 1991.

[7] Entre as excepções realçamos: Sampaio Bruno, Raul Proença que publicou alguns artigos pedagógicos com o título geral de "O ensino" no jornal *Heraldo* de Tavira, entre 1906 e 1907 e Bernardino Machado cujas propostas pedagógicas ultrapassam as posições meramente positivistas. Os ideais pedagógicos de Bernardino Machado foram objecto de um excelente estudo de Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

Bastos, Rodrigues de Freitas, José Augusto Coelho, Teófilo Braga e Júlio de Matos[8].

A pedagogia positivista republicana é de nítida inspiração spenceriana ao exaltar a ciência como única manifestação legítima do infinito inalcançável, atribuindo-lhe o papel até então reservado à religião. A ciência passa a ser considerada, quase que de uma forma mística, como o único meio de alcançar a verdade absoluta. Deste pressuposto deriva a sua filiação na tendência mais pragmática da pedagogia positivista, que encarava a ciência como fundamento de toda a vida humana nas suas diversas manifestações sociais, políticas, morais e religiosas. Em algumas sensibilidades do pensamento pedagógico republicano é possível detectar também influências do utilitarismo inglês na linha de Stuart Mill, ao atribuir à educação pela ciência o valor formativo de educar para a liberdade. As finalidades educativas alcançam deste modo um âmbito mais lato, visando a formação do homem, fundamentalmente através da sua vida social o que, em nosso entender, estará na origem da atenção concedida pelos republicanos à educação cívica e à formação de cidadãos, espinha dorsal do sistema educativo que irão implantar após a tomada do poder em 1910.

Ainda durante a monarquia, além da acção escolar e cívica realizada pelos centros republicanos no campo da educação, podem realçar-se outras iniciativas republicanas no âmbito da instrução popular como a criação da *Academia de Estudos Livres*, fundada em 1899, cujos estatutos foram aprovados em 1904, com a designação de

---

[8] Como já se afirmou, embora o ideário republicano esteja muito marcado pelo positivismo não podemos identificar a pedagogia positivista com republicanismo, pois também no campo monárquico havia propostas de renovação pedagógica de carácter positivista, como era o caso de Ramalho Ortigão, entre outros.

Universidade Popular[9], e a a fundação, em 1905, da Escola-Oficina Nº1, fruto da união entre republicanos, maçons e anarquistas.

2. A Escola Republicana

Uma vez no poder, os republicanos tencionavam pôr em execução os seus princípios pedagógicos no que se referia ao ensino, vector fundamental da sua propaganda durante a última fase da monarquia. Não faltaram ao republicanismo português excelentes pedagogos, nem escassearam os mais variados projectos inovadores no campo do movimento da "Escola Nova", mas a realidade crua das condições socioeconómicas e dos recursos materiais e humanos dificultou a concretização dos seus ideais. Contudo, apesar do relativo fraco crescimento quantitativo, a República veio introduzir em Portugal, inegáveis mudanças qualitativas que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação e a formação para a cidadania.

Uma das características mais inovadoras da escola republicana reside na nova forma de encarar a formação do futuro cidadão, o "homem novo" que era mister formar. Numa perspectiva onde se detectam fortes laivos da influência francesa de 1789 a ruptura teria que ser radical "*Por um lado, a cidade republicana será o produto de um homem novo, formado no seio de instituições libertas do espírito jesuítico e monárquico; por outro lado, a organização de*

---

[9] Cf. Fernandes, Rogério, *Uma experiência de formação de adultos na 1ª república. A Universidade Livre para a Educação Popular 191-1917*, Lisboa, C.M.L.1993, p.10. Discorrendo sobre o assunto o autor afirma: "*Tratava-se de uma instituição claramente propagadora da ideologia republicana, com fortes conotações maçónicas a atentar nos principais colaboradores*".

uma educação republicana só se poderá fazer no seio de uma sociedade nova."[10]

A educação cívica na escola primária republicana reforçava o aspecto laico e mesmo anticlerical do ensino[11] pela introdução de uma nova disciplina no currículo - educação cívica - com objectivos muito próximos da inculcação de valores e pelos cultos cívicos então introduzidos como rituais simbólicos de uma pretendida religiosidade cívica: o culto da Pátria, da bandeira e dos grandes heróis. O nacionalismo e patriotismo, ideais mobilizadores destes cultos eram explorados também através dos programas de algumas disciplinas como História e Geografia.[12]

A festa da árvore, lançada em Março de 1913, pelo semanário *O Século Agrícola*, obteve entusiástica adesão das entidades republicanas e do professorado primário tornando-se uma das cerimónias cívicas mais importantes no quotidiano escolar, impregnada de inequívocas implicações maçónicas e herdeira directa, mais uma vez, da religiosidade cívica da França revolucionária.[13] Estas festas, embora já existissem na monarquia (as primeiras foram realizadas em 1907, promovidas pela *Liga Nacional de Instrução*, associação ligada ao republicanismo e à maçonaria) só após a implantação da República receberam um notório incremento, tendo-se generalizado a partir de

---

[10] Nóvoa, António, op. cit. p.X

[11] A este respeito veja-se, Pintassilgo, Joaquim, *Republica e formação de cidadãos. A educação Cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Colibri, 1998.

[12] Sobre os ideais nacionalistas e patrióticos transmitidos através dos programas da disciplina de História veja-se: Matos, Sérgio Campos de, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

[13] Sobre a festa da árvore veja-se: Pintassilgo, Joaquim, op. cit. pp. 112 - 121.

1913. A partir de 1916, porém, entraram em declínio que nem mesmo o alento retomado em 1923, por iniciativa do então Ministro da Instrução João Camoesas, conseguiu travar.

Os batalhões escolares constituíram outro dos meios da educação cívica republicana. Os exercícios militares na escola tiveram origem em França, durante a Revolução, mas alcançaram maior difusão com a 3ª República. Em Portugal foram introduzidos em 1881, por iniciativa dos republicanos, na Escola Primária nº1 Elias Garcia, mas foram extintos em 1892. Em 1907, houve uma tentativa de recuperação por João Franco com o objectivo de assegurar mais eficazmente a defesa nacional e também com intuitos morais e cívicos, mas a legislação que os criava não chegou a entrar em vigor. Proclamada a República, logo em 26/10/1910, foi nomeada uma comissão presidida por João de Barros com o fim de elaborar um regulamento de instrução militar preparatória.

O *Regulamento da Instrução Militar Preparatória*[14] previa dois graus para a educação militar e patriótica. No primeiro grau que abrangia os alunos entre os 7 e os 16 anos, incluía as disciplinas de educação cívica, ginástica e canto coral e preparação militar. Estas actividades deveriam realizar-se duas vezes por semana, entre Outubro e Julho, em todas as paróquias e concelhos, junto das escolas, quartéis ou campos de instrução militar e seriam ministradas por professores em colaboração com instrutores militares. Em 1912, por Portaria de 1 de Junho, foram criadas as *Sociedades de Instrução Militar Preparatória* com o objectivo de preparar bons cidadãos para defender a Pátria, desenvolver o corpo e ensinar princípios cívicos.

A entrada dos instrutores militares nas escolas não foi pacífica. Muitos foram os pedagogos que criticaram estas medidas. Entre os

[14] Publicado no *Diário de Governo* de 26/5/1911

mais críticos encontrava-se Adolfo Lima que considerava que as mesmas revelavam uma profunda incompreensão do que era a criança, o adolescente e mesmo a vida, pois achava um erro fazer na escola a preparação do soldado. Para este pedagogo os batalhões escolares eram um grave atentado e uma monstruosidade pedagógica

Dispôs a 1ª República de um vasto leque de pedagogos que estão na origem do lançamento de diversas iniciativas oficiais e particulares, apoiadas em sólidas bases científicas. Como afirma Rogério Fernandes "*Um dos aspectos mais característicos do movimento pedagógico português durante a 1ª República é o seu vigoroso impulso em ordem à constituição de uma pedagogia científica*".[15] Um dos aspectos mais visíveis dessa preocupação residiu no estímulo concedido à formação de professores tanto ao nível primário como secundário. Também aqui, como em outros sectores pedagógicos, a obra republicana se situa mais numa posição de continuidade e aperfeiçoamento do que já se praticava nos finais da monarquia, do que na opção por soluções de ruptura. Desde o início do século (1901) que, por proposta de Jaime Moniz, na reforma do Curso Superior de Letras, tinham sido introduzidas disciplinas de Ciências da Educação como: Pedagogia, História da Pedagogia e da Metodologia do Ensino.[16] A disciplina de Pedagogia deveria compreender no seu programa as bases psicológicas da educação. Também nos últimos anos da monarquia se tinha assistido a projectos de deslocação de consagrados pedagogos ao estrangeiro no sentido de tomarem contacto com modernas metodologias de ensino em algumas escolas inseridas no movimento da "Escola Nova".

---

[15] Fernandes, Rogério, *A pedagogia portuguesa contemporânea*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1979, p.11.

[16] Decreto de 24 de Dezembro de 1901, artº 6º, parágrafo 2º.

Uma vez no poder os republicanos continuaram as tendências que se vinham verificando e, logo na reforma de ensino de 1911, criaram as Faculdades de Letras e as Escolas Normais Superiores destinadas a preparar para a docência do ensino secundário. A nível do ensino primário também se procurou uma melhoria da formação dos docentes pela introdução de disciplinas como Pedagogia Geral, Metodologia do Ensino Primário e Pedologia.[17]

Foi ainda o período republicano fértil em experiências pedagógicas inovadoras, muitas vezes à margem do poder oficial. Está neste caso o exemplo emblemático da Escola Oficina nº1, criada em 1905, por impulso de maçons republicanos e anarquistas que viria a instituir um modelo de ensino libertário que se manteve até 1930, e a que se encontram ligados nomes de pedagogos tão importantes como Adolfo Lima e César Porto, principais responsáveis pela renovação pedagógica deste estabelecimento de ensino.[18] A criação desta escola insere-se num movimento de desenvolvimento da educação popular, ligado a meios operários que esteve na origem de inúmeras escolas primárias criadas por organizações populares e sindicalistas. "*No período que decorre entre o princípio do século XX e o final da Primeira República existe uma atitude bastante consistente por parte do operariado organizado em Portugal, maioritariamente influenciado pelo anarco-sindicalismo de construir uma rede educativa paralela à do Estado, sobretudo no que diz respeito às escolas primárias para crianças, cujo modelo pedagógico ideal é o modelo representado pela Escola-Oficina Nº 1*".[19]

---

[17] Cf. Fernandes, Rogério, op. cit. p. 17

[18] Candeias, António, *Educar de outra forma. A Escola-Oficina nº 1 de Lisboa. 1905-1930*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1994

[19] Candeias, António, op. cit. p. 31

A pedagogia experimental teve também na época alguns representantes entre nós, como Alves dos Santos, Director da Sociedade de Estudos Pedagógicos, António Aurélio da Costa Ferreira que se viria a especializar na educação de deficientes, ou Álvaro Viana de Lemos, fervoroso adepto da pedagogia Freinet.[20]

Nomes importantes da cultura portuguesa incluíram entre as suas preocupações de intervenção cívica a defesa de modelos educativos democratizantes. Estão neste caso, António Sérgio, Jaime Cortesão e Raúl Proença[21] que, em conjunto com outros intelectuais reunidos em torno da *Seara Nova*, repensaram os problemas culto-mentais da pátria portuguesa, atribuindo ao ensino papel decisivo no ressurgimento nacional, tantas vezes pensado e desejado, mas outras tantas adiado.

Ao chegar ao poder, em 1910, os republicanos encontraram uma realidade educativa que nos afastava da maioria dos países europeus. As taxas de analfabetismo rondavam os 75,1% na totalidade, sendo de 81,2% para as mulheres. Perante tal situação o combate ao analfabetismo impunha-se como objectivo prioritário, pelo que a República, mais uma vez numa solução de continuidade, opte pelo recurso às chamadas *Escolas Móveis* que, criadas pela monarquia, em 1882, para divulgar a utilização do *Método de João de Deus* na aprendizagem da leitura, tinham realizado entre, 1882 e 1897, 73 missões, de que resultaram 2004 alunos aprovados, num total de 5797 inscritos.[22] Neste campo, os

---

[20] Veja-se Fernandes, Rogério, *O pensamento pedagógico em Portugal*, op. cit. p. 126.

[21] António Reis, autor que se tem dedicado ao estudo do pensamento de Raúl Proença ,está em fase de conclusão de uma tese de doutoramento, na F.C.S.H. da U.N.L., em que dedica alguns capítulos à posição pedagógica deste intelectual.

[22] Cf. Proença, Maria Cândida, *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e destino histórico,* op. cit. pp.121-122.

números referentes ao idêntico movimento republicano, não têm comparação, pois, segundo José Salvado Sampaio, entre 1913 e 1930 teriam frequentado este ensino 200000 alunos, dos quais obtiveram aproveitamento cerca de 100000[23]. Como nos diz António Nóvoa "*a concepção destas escolas baseia-se em pressupostos "redutores" e "voluntaristas": por um lado. porque restringem as aprendizagens escolares à alfabetização, abrindo um precedente de que o Estado Novo se apropriará abusivamente em 1931 para criar os postos de ensino; por outro lado, porque valorizam na contratação do pessoal docente a lealdade política e ideológica em detrimento de critérios técnico profissionais.*"[24] As escolas móveis foram um importante veículo da propaganda republicana, e, a crer num testemunho coevo, era injusta a crítica que lhes era movida pelas organizações associativas dos professores primários sobre a deficiente preparação dos seus docentes.

---

[23] Cf. Sampaio, José Salvado, "Escolas móveis (contribuição monográfica" in *Boletim Bibliográfico e informativo*, Lisboa C.I.P. Gulbenkian, nº9, 1969, pp. 9-28

[24] Nóvoa, António, *A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades*, op. cit. p.XI

Habilitações dos professores das escolas móveis (ano de 1916)

Habilitações	Número
Cursos Superiores	2
Curso dos Liceus e cadeiras da Universidade	5
Curso das Escolas Normais	75
Curso de Teologia	15
Professores de Ensino Livre	55
Curso dos Liceus	3
Curso dos liceus incompleto	23
Curso de Farmácia	1
Curso de Regente Agrícola	1
Terceiro ano da Faculdade de Direito	2
Professores de escolas fixas	5
Professores de Ensino Livre (não inscritos com o 2º grau)	54
Curso de Comércio	2
Segundo ano da Escola Normal	1
TOTAL	244

Fonte: Abílio David,*Escolas Móveis*, pp.49-50

A par das Escolas Móveis o Estado apostou na expansão da rede escolar primária, mas apesar de um relativo crescimento, não conseguiu atingir a desejada cobertura de todo o país. Continuaram a existir, principalmente no interior, muitas regiões sem escolas, e as condições materiais do parque escolar também não obtiveram uma considerável melhoria. Entre 1910 e 1919 foram criadas cerca de 666 escolas, (passou-se de 6347 para 7013), mas, em funcionamento, os

números variaram entre 5305, em 1910, e 6585, em 1919, o que corresponde a um aumento percentual de 24,1%.

A Reforma de 1911, criou dois ciclos para o ensino primário: ensino primário elementar com a duração de 3 anos e ensino primário complementar com a duração de 5 anos, mas manteve a obrigatoriedade escolar apenas para os três primeiros anos de ensino.[25] Apesar de limitada, a escolaridade não foi efectivamente cumprida. Assim: em 1910, de 629691 crianças recenseadas, apenas se matriculam 271830, isto é, cerca de 43% das crianças em idade escolar, e dessas só frequentaram regularmente 235 771 (86,7% das matriculadas). Em 1919, de 1128100 crianças recenseadas, matricularam-se 289605 o que nos dá uma percentagem ainda inferior - 25,6% - com uma frequência regular de 243 822 (84,1% das matrículas), números que parecem contrariar o empenho dos republicanos na causa educativa.[26]

Da mesma maneira, o combate ao analfabetismo não revelou os resultados esperados, pois a diferença percentual entre 1910 e 1920 virá a cifrar-se apenas em 4,2 pontos (passa-se de 75,1% em 1911, para 70,9% em 1920).[27] Os republicanos procuravam justificação para o falhanço do cumprimento da escolaridade obrigatória, nos problemas

---

[25] In.: "Regulamento do Ensino Primário" Capítulo I, Artigo 1º, Cf. *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911*,Lisboa, I.I.E.1989, p.6

[26] Utilizámos nos cálculos dados obtidos em *Ensino Primário Oficial. 1910 a 1915*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1919 e *Ensino Primário Oficial. Anos lectivos de 1915-16 a 1918-19*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

[27] Utilizámos para os nossos cálculos os *Censos da População*, nos anos indicados. Suprimindo os menores de 7 anos os números descem respectivamente para 70% e 66%. Sobre alfabetização neste período pode consultar-se de Rui Ramos, "Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo" in *Análise Social*, nº 103-104, Lisboa, I.C.S. 1988, pp.1067-1145.

decorrentes das dificuldades atravessadas pelo País no período da 1ª Guerra Mundial. Ora, se verificarmos as estatísticas, o número de alunos matriculados entre 1915 e 1919, regista uma diminuição constante, passando de 342763 para 289605, o que corresponde a uma diminuição percentual de 15,5%.[28]

A dura realidade dos números não impediu que na Reforma de 1919 se propusesse um aumento geral do ensino primário. Os dois ciclos passam a denominar-se de: geral com 5 anos e superior com 3 anos. A escolaridade obrigatória era agora de 5 anos, medida totalmente irrealista, tendo em conta a chaga estrutural que o trabalho infantil tem representado na nossa contemporaneidade.

Um outro aspecto importante da política educativa republicana é a criação do ensino primário superior. *"Trata-se de uma das mais significativas medidas legislativas da República que poderia ter sido a "escola tipo que devia realizar entre nós o regime da* ***escola única*** *- escola activa, de ensino integral, de cultura e de trabalho de pré-aprendizagem profissional - Escola-oficina, ou Escola-granja, conforme a região"*.[29]

O ensino primário superior teve uma existência bastante atribulada e, em 1924, António Sérgio, numa política de contenção de despesas, suprime todas as escolas Primárias Superiores criadas pelo Estado, permitindo apenas que se mantivessem em funcionamento as que "*fossem directamente providas pelos Municípios ou pelas Juntas Gerais dos Distritos*"[30]. O decreto de extinção abrangeu 51 escolas,

---

[28] Continuamos a utilizar os dados estatísticos referidos na nota 51.

[29] Nóvoa, António, op. cit. p. XVI. O autor cita em parte:Adolfo Lima "Escolas Primárias Superiores" in *Educação Social*, nº12, de 15 de Dezembro de 1926, p. 393.

[30] Fernandes, Rogério, "António Sérgio, Ministro da Instrução Pública" in *Revista de História das Ideias*, Vol.5, Coimbra, 1983, p.642.

frequentadas por 2311 alunos, dos quais 1338 eram raparigas[31]. Apesar da sua efémera duração as Escolas Primárias Superiores constituíam uma iniciativa pedagogicamente avançada no sentido de uma efectiva democratização do ensino.

Apesar da acérrima crítica movida pelos republicanos à organização escolar instituída por Jaime Moniz em 1894-1895, uma vez no poder, a República pouco irá inovar em termos de ensino secundário. A despeito dos antigos partidários das disciplinas independentes, os planos de ensino continuaram a basear-se no regime de classe, publicando-se até alguma legislação no sentido de o favorecer.[32]

A primeira reforma do ensino secundário, elaborada por um governo republicano, data de 14 de Julho de 1918, e foi publicada em ditadura, durante o consulado de Sidónio Pais, pelo seu ministro Alfredo de Magalhães. O preâmbulo realçava que os governos da República não tinham ainda procedido a uma reforma do ensino liceal que se tornava urgente actualizar.

O plano não apresentava grandes inovações. Não alterou o regime de classe estabelecido em 1895, e representava até um regresso à divisão por ciclos proposta por Jaime Moniz. Os acontecimentos políticos condenaram, de imediato a aplicação desta reforma, e, em 1919, promulgava-se mais uma reforma do ensino secundário que, como seria de esperar, não era motivada por quaisquer objectivos pedagógicos

---

[31] Idem, p. 643

[32] A Portaria de 9 de Dezembro de 1913, enviava aos liceus determinações para que os professores directores de turma da mesma classe reunissem, com frequência, para imprimir unidade ao ensino, e, para que os professores do mesmo grupo de disciplinas promovessem reuniões para discutirem os métodos de ensino. Documentos que também procuravam organizar de forma mais eficiente o ensino em classe foram ainda o Decreto nº 858, de 11 de Setembro de 1914, seguido de uma portaria normativa de 21 do mesmo mês.

ou científico-culturais, mas resultava da conjuntura política, limitando--se, por isso, a repor, com leves arranjos curriculares, a situação anterior. Esta reforma e a que se lhe seguiu, em 1921, não alteraram o tipo de ensino enciclopédico que caracterizou o ensino liceal, desde a sua criação até aos anos trinta do nosso século, quando Gustavo Cordeiro Ramos e Carneiro Pacheco, mudaram significativamente o rumo da instrução portuguesa ao acentuarem o papel ideológico da educação, sobrepondo à transmissão de conhecimentos a inculcação de valores.

Apesar da pouca atenção prestada pelo governo da República ao ensino secundário, verificou-se nesta área um crescimento mais acentuado do que o que ocorreu no ensino primário. Assim, se em 1910, se poderiam contar 8691 alunos matriculados, em 1926, esse número subia para 15096 o que aponta para um crescimento percentual de 42,4%.[33] Apesar de também se ter verificado um ligeiro decréscimo durante o período da Grande Guerra, o acentuado crescimento do ensino secundário será mais uma achega para a caracterização social da 1ª República, como um fenómeno urbano e pequeno burguês.

Quanto ao ensino técnico e profissional. um dos temas mais caros da propaganda republicana durante a monarquia, também não mereceu da República a atenção que seria de esperar. Em 1918, o ensino técnico e profissional foi reorganizado passando a ser ministrado nos seguintes estabelecimentos de ensino: Escolas de Artes e Ofícios, Escolas Industriais, Escolas Preparatórias e Instituto Superior Técnico, para o ensino industrial, Aulas Comerciais, Escolas Comerciais, Institutos

---

[33] Cf. Marques, A.H. de Oliveira, *Portugal da Monarquia para a República*, op. cit. p. 539. O ensino secundário durante a República ainda não foi objecto de um estudo aprofundado. Neste ponto, a obra de referência ainda continua a ser: Valente, Vasco Pulido, "O Estado liberal e o ensino" in *Economia e Finanças*, Vol.XL. 1972.

Comerciais e Instituto Superior do Comércio para o ensino comercial.[34]

Também neste nível de ensino se assistiu a um notável crescimento passando de 8169 alunos em 1914-15 para 13085 em 1925-26.[35]

O ensino superior foi um dos sectores educativos a que a República prestou mais atenção.[36] Neste caso não seriam apenas razões pedagógicas que moveram os legisladores, mas também razões de ordem política, se tivermos em conta posteriores acontecimentos ligados com a Universidade de Coimbra e o seu corpo docente. Tornava-se necessário acabar com o quase monopólio que a Universidade de Coimbra exercia no ensino superior. A luta que se iniciara no século XIX, obtivera apenas resultados bastante modestos a atentar nos estabelecimentos de ensino superior criados em Lisboa e Porto que nunca conseguiram retirar a Coimbra a primazia que usufruía. No Decreto de 22 de Março de 1911, afirmava-se no seu Artigo 1º *No território da República, além da Universidade de Coimbra já existente, são criadas mais duas Universidades - uma com sede em Lisboa e outra no Porto.*[37] Nada se acrescentava sobre a organização universitária que o legislador remetia para futuros documentos. Em 19 de Abril, será então publicado o primeiro diploma que organiza as universidades portuguesas, a que

---

[34] Cf. Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano,* Lisboa, F.Gulbenkian, 1986, p.696.

[35] Dados obtidos em Nóvoa, António, op. cit. p. XXV. Tal como para o ensino liceal também nos faltam estudos para o ensino técnico e profissional durante o período republicano.

[36] Salvo casos esporádicos, o ensino superior não tem merecido a atenção dos historiadores da educação. Ainda não está feita a história da Universidade Portuguesa, apesar de existirem esforços nesse sentido que estão a ser levados a cabo, fundamentalmente, no que se refere à Universidade de Coimbra.

[37] In. *Reformas de Ensino em Portugal*, op. cit. p. 104

se seguirá um conjunto de legislação que virá a alterar, por completo, a estrutura do ensino superior herdada da monarquia.

A maior oferta universitária e a completa restruturação deste sector viriam a provocar um considerável aumento na frequência do ensino superior que de um total de 1212 alunos, em 1911-12, passaria para um total de 4117, em 1925-26, ocorrendo, neste caso, um crescimento percentual de 236%.[38]

O crescimento percentual nos ensinos superior e secundário foi muito mais elevado do que o que se verificou no ensino primário, o que revela a tendência para a procura de mais altos níveis de escolaridade pelas classes média e superior. O elevado número de alunos que abandonavam a escolaridade ao finalizar os graus primário e secundário são, por outro lado, o reflexo do estrangulamento do sistema de ensino português que se manteve fortemente elitista.

A aceleração contínua do crescimento do ensino feminino nos diversos níveis - primário, secundário, técnico e profissional e superior - constitui sem dúvida uma das transformações educativas que caracterizam o século XX. O processo que se iniciara no princípio do século, prolongou-se pela República existindo alguns estudos recentes que comprovam e procuram caracterizar o fenómeno.[39]

---

[38] Os dados referentes aos anos de 1911 e 1925 foram obtidos em Nóvoa, António, op. cit. p. XXVIII.

[39] Veja-se a este respeito: Bretes, Maria da Graça, *O discurso sobre a Educação Sexual em Portugal (Do início do século XX até à deriva de trinta do mesmo século)*, Lisboa, F.C.S.H da U.N.L., 1989, (dissertação de mestrado policopiada); La Fuente, Maria José, *O Ensino Secundário Feminino. Os primeiros vinte anos da Escola Maria Pia*, Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1989 (dissertação de mestrado policopiada); Guinote, Paulo Jorge Alves, *Quotidianos femininos (1900-1933)*, Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1985, (dissertação de mestrado policopiada).

O crescimento feminino, terá sido mais resultado do desenvolvimento social e económico e da acção de diversas associações femininas, com relevo para a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, do que de uma política educativa favorecedora da instrução da mulher. Neste caso, como no cresimento do ensino em geral, foram também as classes médias as protagonistas da mudança. Num estudo sobre o primeiro liceu feminino, o maior grupo profissional representado na amostra dos pais das alunas era, "*o dos "artífices" designação algo ambígua (24%). seguindo-se o dos comerciantes (15%) e o dos militares (11%), enquanto abaixo dos 10% se sucediam os funcionários públicos, os trabalhadores, polícias, empregados do comércio, transportes e serviços marítimos.*"[40] Como se verifica, trata-se de uma distribuição profissional em que o sector primário está completamente ausente, e onde o sector terciário tem um peso que ronda os 75%. Também aqui o fenómeno se revelou urbano e burguês.

As percentagens de mulheres a frequentar o ensino vão subindo gradualmente. Assim, no ensino primário, entre 1910 e 1919, verificou-se um crescimento de 15% no número de alunas matriculadas, mas a subida percentual em 1915, antes de se sentirem os efeitos da conjuntura de guerra, chegara a atingir os 35%.[41] No ensino secundário, entre 1910 e 1926, registou-se um aumento de 32% no número de alunas dos liceus.[42]

O ensino superior não apresentou o mesmo ritmo de crescimento do ensino feminino em todas as universidades. Como seria de esperar

---

[40] Guinote, Paulo Jorge Alves, op. cit. p. 56 que apresenta dados recolhidos em La Fuente, Maria José, op. cit.

[41] Dados obtidos nas *Estatísticas Oficiais do Ensino Primário*

[42] Marques, A.H. de Oliveira, op. cit. p. 539

o fenómeno começa por se verificar primeiro em Lisboa, seguindo-se--lhe o Porto e, só mais tarde, se verifica em Coimbra, sempre numa escala inferior. Oliveira Marques[43] reconstituiu a presença feminina nas diferentes universidades. Em Lisboa, em Ciências, entre 1915 e 1920, mais de 10% das alunoas eram do sexo feminino, percentagem que subia em Letras para 22%, em 1915-16, chegando a atingir 35% em 1919-20. Medicina contava apenas com 4 alunas no ano que antecede a guerra, e Direito mantém uma média de 2% do total de matrículas. No caso de Coimbra, a presença feminina só ultrapassou a dezena em 1912-13 (11 alunas). Em 1915-16 as mulheres representam 3,1% da população estudantil e, em 1926-27, a percentagem atinge os 6,4% do total., números bem mais modestos do que o que ocorria em Lisboa e que apontam para um maior conservadorismo da academia coimbrã.

Uma das obras mais inovadoras a que a República deu corpo no campo educativo foi o forte impulso concedido à causa da instrução popular[44], através de associações que revestiram, em geral, o carácter de universidades populares. *"De finalidade educativa, mas com uma função social de integração ou regulação, estas instituições são promovidas ou têm a colaboração das elites intelectuais e surgem de um universo ideológico marcado por ideias de democracia política e reformismo social, cujo horizonte se determina na*

---

[43] Marques, A.H. de Oliveira, op. cit. pp. 571-573.

[44] Além do já referido estudo de Rogério Fernandes sobre a Universidade Livre para a Educação Popular , veja-se também Bandeira, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Lisboa, F.C.S.H. da U.N.L., 1994 (dissrtação de mestrado policopiada). Apesar destas contribuições trata-se de um campo ainda pouco problematizado entre nós.

formação, consolidação e revitalização do estado republicano.[45]

Os intelectuais que apostaram e deram corpo a este modelo de educação alternativa encontravam-se em grande número ligados à maçonaria. Além das ligações republicanas, também existiram outras influências no movimento, nomeadamente anarquistas, em tentativas conjuntas ou isoladas, embora nem sempre bem sucedidas. A instrução popular dirigia-se em especial a adultos e recrutava o seu público fundamentalmente no meio operário. Muitos dos mais prestigiados intelectuais e pedagogos republicanos estiveram ligados a estas associações educativas. Entre outros destacamos: Teófilo Braga, Ricardo Jorge, Casimiro de Moura, Magalhães Lima, aurélio da Costa Ferreira que exerceram acção preponderante na Universidade Livre para a Educação Popular, entre 1911 e 1917, e Ferreira de Macedo, Adolfo Lima, Raúl Proença, Bento de Jesus Caraça, Faria de Vasconcelos, Jaime Cortesão, António Sérgio, Alexandre Vieira que prestaram especial colaboração à Universidade Popular Portuguesa, entre 1919 e 1927.

A vida escolar nestas instituições revestia carácter particular."*A conferência ou palestra livre, os cursos subordinados a um tema ou a uma disciplina, a biblioteca, as visitas de estudo e as excursões foram os meios mais vulgarizados, havendo ainda lugar para a utilização de outros suportes educativos como a projecção de filmes, a dramatização de textos, a organização de festas comemorativas e sessões musicais.*" [46]

A formação de professores do ensino primário e a melhoria do seu estatuto socioprofissional pode afirmar-se terem sido preocupa-

---

[45] Bandeira, Filomena, op. cit. p.4

[46] Idem, pp. 4-5.

ções da República, o que não é de estranhar se tivermos em conta que, por um lado o anticlericalismo da República passaria a atribuir ao professor funções importantíssimas, algumas até então reservadas aos padres e, por outro lado os progressos efectuados rumo a uma pedagogia de base científica e experimental faziam prever um maior investimento nesta área de formação.

A profissão docente, a nível do professorado primário tem sido objecto de alguns importantes estudos entre nós[47] que se têm debruçado sobre o estatuto socio profissional destes docentes, analisando diversas modalidades de formação, origem social, nível económico e progressiva feminização da carreira. Estes estudos permitem-nos concluir que, durante a República, também neste ponto foram mais ambiciosos os objectivos do que a correspondente realidade. *Desde a primeira hora que os republicanos assumiram a reforma do ensino normal como a prioridade das prioridades. Desde a primeira hora que o novo regime se tinha mostrado incapaz de pôr fim aos jogos de interesses e às pressões políticas que impediam o desenvolvimento de novas instituições de formação de professores."* [48]

---

[47] António Nóvoa Tem dedicado vários estudos à profissão docente, o mais importante dos quais é, sem margem para dúvidas *le temps des professeurs - Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe-XXe siècle). Lisboa,* Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, 2 vols. Também Áurea Adão dedicou especial atenção ao estatuto profissional dos professores primários em *O estatuto socio-profissional do professor primário em Portugal (1901-1951)*, Oeiras, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1984. Mais recentemente, Helena Costa Araújo apresentou uma tese de doutoramento na Open University sobre o tema *The construction of primary teaching as women's work in Portugal (1870-1933)* em que aborda fundamentalmente os problemas da feminização da profissão de professor primário.

[48] Nóvoa, António, *A república e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades*, op. cit. p.XVII.

Entre 1910 e 1918 não se procedeu a uma reforma de fundo nas antigas Escolas Normais herdadas da monarquia. As alterações conjunturais efectuadas visavam mais objectivos políticos - formar professores republicanos - do que uma profunda mudança de orientação científica na formação de docentes. Em 1918-19, proceder-se-á a uma completa restruturação dos Cursos Normais que passaram a ter um carácter mais profissionalizante, acentuando o peso das disciplinas de formação pedagógica e didáctica, em moldes científicos e experimentais, em detrimento dos outros saberes. Esta mudança implicava uma maior exigência nas habilitações de acesso. Uma característica deste novo tipo de formação residia na atenção que era prestada a disciplinas de carácter técnico, à Música, Canto Coral e Ginástica Pedagógica.

António Nóvoa realça o facto de a primeira geração de professores genuinamente republicanos, isto é formados de início por instituições escolares republicanas, não terem praticamente chegado a desempenhar funções no sistema de ensino criado pela República, porque diplomados numa situação em que grassava o desemprego na classe dificilmente encontrariam lugar nas escolas do Estado. [49]

O nível socioeconómico do professorado primário subiu efectivamente durante a República, pois não só se verificou, até 1922, um crescimento contínuo dos salários reais, como o discurso oficial lhes atribuía uma missão social da mais alta importância. Deve realçar-se ainda que as organizações de classe alcançaram grande vitalidade na época, não só em termos reivindicativos como em termos científicos promovendo diversos Congressos Pedagógicos.

---

[49] Idem, ibidem.

A ideologia republicana foi profundamente marcada pela crença no papel indispensável da educação e do ensino para a construção do "homem novo" e de uma nova sociedade. Em termos de inovação educativa [50], dentro do sistema oficial , assistiu-se ao elaborar de novas propostas reformadoras, de uma nova concepção face ao papel da escola e da construção de um pensamento pedagógico inovador cientificamente fundamentado. Fora da educação do Estado, também foi possível encontrar várias realizações que construíram novos modelos alternativos, com relevo para a educação libertária. Por outro lado, foi possível concretizar algumas experiências de educação popular que apesar de, por vezes efémeras, não deixam de ter um relevante significado pedagógico.

Convém não esquecer, porém que o movimento para a modernidade não se iniciou na República. Essa viragem já se vinha anunciando desde a monarquia pelo que as realizações educativas dos republicanos, uma vez no poder, se podem considerar mais marcadoas pela continuidade com o movimento que se iniciara na última década do século XIX, do que pela busca de soluções de ruptura. Neste aspecto, será a aposta na educação cívica como base do futuro cidadão que marcará a originalidade da escola republicana.

A 1ª República foi atravessada por convulsões políticas e crises económicas, vicissitudes que estão na origem da modéstia dos resultados de muitas das realizações educativas republicanas, embora se possa considerar que o balanço foi positivo.

---

[50] Tomamos aqui inovação na acepção de Rogério Fernandes in "História das inovações educativas (1875-1936), *História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e actividades*, Lisboa, I.I.E.1993 pp. 157-170.

A CRISE DO LIBERALISMO PORTUGUÊS E A I REPÚBLICA

FERNANDO ROSAS
Director do Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Existe um certo consenso na historiografia portuguesa quanto a considerar os 36 anos que medeiam entre 1890 e 1926 como a fase terminal, o período de crise, do primeiro liberalismo português.[1]

O marco inicial é simbolicamente assinalado pela grande "explosão nacional" contra o Ultimatum britânico[2] de Janeiro daquele ano, a que se associa uma grave crise financeira cuja fase aguda (1890/ /91) conduzirá à bancarrota do Estado. Ambas as circunstâncias

[1] O sistema monárquico constitucinal português foi definitivamente estabelecido em 1834, após as convulsões e a guerra civil que se sucederam à vitória do primeiro pronunciamento liberal em 1820.

[2] Em 11 de Janeiro de 1890 o Governo britânico intimou o governo português a abandonar no prazo de poucas horas, sob pena de retaliações políticas e militares, parte dos territórios que explorava entre as colónias africanas de Angola e Moçambique, com vista a possibilitar a expansão britânica para o norte a partir da África do Sul. O *ultimatum* foi aceite no próprio dia pela coroa portuguesa, originando grandes manifestações patrióticas de protesto contra a Grã-Bretanha e a monarquia.

contribuirão decisivamente para o início do fim da monarquia constitucional, apeada pela revolução republicana triunfante a 5 de Outubro de 1910.

A baliza final é a do movimento militar de 28 de Maio de 1926 que derruba a I República liberal e, sem alterar a forma republicana do Estado, institui a Ditadura Militar. Será o início de um relativamente prolongado e complexo processo de transição para o Estado Novo, formalmente institucionalizado pela aprovação da Constituição de 1933.

Estudar, de forma sintética, as principais características da crise do liberalismo português (na sua forma monárquica e depois republicana) e o panorama das várias direitas que concorrem para a sua superação, e depois se concertarão compromissoriamente para viabilizar um regime autoritário e anti-liberal estável, o Estado Novo - eis o propósito deste artigo.

Os principais factores de crise do sistema liberal monárquico

Como um pouco por toda a Europa, a crise do Sistema liberal Monárquico Português amadurece desde finais do século XIX.

É, também ela, uma crise de desadequação das instituições e dos valores morais, culturais e até científicos que as legitimavam face às novas realidades de um país e de um mundo em mudança. Novas realidades induzidas pelo desenvolvimento das indústrias , das cidades - por mais titubiante que ele fosse - pelas crises e mudanças económicas e políticas internacionais, pelas primeiras arremetidas “filosóficas”, à direita e à esquerda, contra a lógica da ordem estabelecida. Novas realidades socio-economicas, políticas e ideológicas que crescentemente se chocavam com o liberalismo oligárquico vigente.

1. A oligarquização do sistema político

O aspecto mais imediatamente visível do apodrecimento do sistema liberal oligárquico nos seus últimos 20 anos talvez fosse o da progressiva ingovernabilidade da instituição monárquica, do rei, o do crescente impasse das instituições. A "oligarquização" do sistema e os seus efeitos geravam o desprestígio da instituição monárquica, do rei, dos seus "áulicos" e do pessoal político do regime, não só entre os grupos emergentes dele excluídos, mas, também, das "forças vivas", os grupos dominantes.

Desde sempre repousando o seu sistema representativo, especialmente na província, nas redes de caciques e influentes locais - habituais "fazedores de eleições" - o constitucionalismo monárquico associara ao caciquismo, a partir de 1851, com a "paz regeneradora" [3], o rotativismo. Ou seja, o monopólio de dois partidos e das respectivas clientelas no controlo, em regime de alternância, do Governo e dos lugares do Estado a nível central e regional. Partidos que, com o tempo, e apesar das mudanças ocorridas quanto a um dos parceiros, se tornam política, ideológica e até socialmente indistintos, como típicas associações essencialmente clientelares e distribuidoras de sinecuras nos respectivos turnos de governação. Partidos cuja rotatividade consagrava tão-só o exclusivo do acesso à área do poder de uma oligarquia de grandes interesses ligados à terra e aos meios financeiros ou do comércio colonial e internacional.

A não genuinidade da representação parlamentar pelo sistema do cacicato e o bloqueio do pluralismo político na governação e na vida

[3] Longo período de acalmia política e social que se sucedeu ao golpe militar de 1851, do qual resultará o predomínio do Partido Regenerador na vida política e o período designado por Regeneração.

política pela oligarquia rotativa eram agravados por uma legislação eleitoral censitária e restritiva que eliminava da capacidade eleitoral activa a esmagadora maioria dos cidadãos: em 1910, só pouco mais de 10% da população portuguesa tinha direito a voto.

O estrangulamento deste sistema institucional agudizou-se com o desenvolvimento industrial e a urbanização do último quartel do século. Nos principais centros urbanos (a população de Lisboa e Porto aumenta, entre 1890 e 1911, de respectivamente 44% e 40%) o advento de novas industrias, o crescimento da burocracia estatal, a expansão dos serviços comerciais e das profissões liberais, originara o desenvolvimento de uma plebe urbana (o proletariado industrial recém-chegado dos campos, o artesanato industrial, as camadas inferiores dos empregados dos serviços públicos, do comércio, etc.) quase completamente destituída do direito de participação no sistema político. Sobre ela, e tendendo crescentemente a hegemonizar o seu descontentamento político e social, as camadas intermédias da população urbana: a pequena burguesia dos serviços, das profissões liberais, dos pequenos e médios negócios - gente normalmente com rendimentos e cultura que lhes permite votar, mas marginalizados pela oligarquia da área do poder e do acesso aos grandes empreendimentos (e rendimentos) económicos e financeiros. É esta a base social típica do republicanismo português que, na viragem do século, conquistará às organizações operárias (socialistas e anarco-sindicalistas) a liderança da plebe urbana, como decisiva força de manobra no ataque à monarquia.

Mas a instabilidade e inoperância governativa, o "caos parlamentar", o clientelismo e a corrupção - vícios inelutáveis de um sistema institucional privado de legitimidade representativa e, consequentemente, da autoridade e da capacidade de se exercer estavelmente, tais vícios criavam crescente inquietação e descontentamento também nas elites

ligadas aos grupos possidentes.

A braços com uma crise económica e financeira grave, como veremos, e ainda que com estratégias muito distintas para a sua resolução, os seus ideólogos vão despertando para a ideia geral da "ordem". Melhor dizendo, da necessidade de um Estado dotado de estabilidade, autoridade e capacidade para a impor nas ruas, na vida económica, nas finanças e na administração. Um Estado que, mais ou menos elaboradamente, se começa a redefinir no quadro de sistemas de valores alternativos e fortemente críticos dos fundamentos do poder político liberal.

2. A crise do "modelo" económico liberal

Mas é talvez preciso considerar a vertente económica e social dessa conjuntura para abarcar a dimensão verdadeiramente estrutural da crise que começa a ameaçar o liberalismo português, muito para além da simples contestação da forma monárquica do Estado, ou do descontentamento larvar com a governação.

Na realidade, as agudas dificuldades financeiras dos anos 90 trazem consigo, antes do mais, a própria falência do modelo económico liberal da Regeneração. Assentava ele, em termos muito gerais, por um lado, num livre cambismo agrícola tendo como parceiro privilegiado a Grã-Bretanha (e gerador de uma típica relação de dependência: o país especializado na exportação de produtos agrícolas -vinhos, frutas, carne, cortiça...- e constituído, apesar de algum proteccionismo às indústrias, como importador de máquinas, matérias-primas industriais e produtos manufacturados); por outro, numa prática sistemática de défice orçamental e do endividamento interno e externo do Estado, financiando

grandes empreendimentos infra-estruturais - caminhos-de-ferro e estradas - lançados na segunda metade do século. A crise internacional dos anos 90 irá atingir mortalmente tal política: a perda dos mercados agrícolas de exportação, o bloqueio do financiamento externo, o agravamento do défice comercial, da dívida externa e, sobretudo, a inexistência de divisas para os solver - a bancarrota do Estado - empurram os grupos sociais dominantes para a imprescindibilidade de revisões mais ou menos profundas das suas estratégias económico-políticas. Para a débil burguesia industrial abre-se a oportunidade histórica de, com o abrandamento da concorrência dos capitais e das mercadorias britânicas, a debilitação do *lobby* do import./export., partir à conquista do mercado substituindo importações, criando novas indústrias, transformando em seu proveito as matérias primas nacionais, etc. Para tal, ela pede ao Estado uma atitude de intervenção política e económica: que contenha as reivindicações operárias despolpadas com a industrialização neste último quartel de século; que proteja o mercado nacional e colonial da concorrência externa; que fomente a conquista de mercados externos; que compense com os seus financiamentos as carências de capital para o investimento industrial; que arbitre e componha os dissídios com os outros sectores da classe dominante. Apesar de, por circunstâncias que é dispensável para os propósitos deste trabalho serem aqui analisadas, parecer poder falar-se de um *take off* industrial em Portugal neste período, certo é que, não obstante, esta é a fase de um modesto mas real "surto industrial", do surgimento dos primeiros rudimentos de indústrias básicas (cimentos, adubos fosfatados), da conquista da pauta proteccionista de *1892*, da reserva do mercado colonial para a têxtil algodoeira[4]. A burguesia industrial

[4] Cf. Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa, 1979 ou em sentido mais restritivo, Jaime Reis,*O Atraso económico português*, Lisboa,1994.

portuguesa sobe por essa via ao palco da cena económica e política, ainda que nele ocupe, por enquanto, um lugar modesto.

É curioso verificar que a crise leva as fracções da classe dominante hostil à estratégia da industrialização a reivindicações formalmente idênticas quanto ao papel do Estado: os agrários do sul pedem - e obtêm (leis de 1889 e 1899 - a reserva do mercado interno para o trigo nacional; os grandes vinhateiros reclamam o exclusivo do mercado colonial, e ambos, "senhores do pão e do vinho", exigem medidas várias de proteccionismo ou de intervenção estatal, visam a contenção salarial e o fomento da produção e do lucro agrícola sem alterar e possibilitando a conservação das estruturas fundiárias tradicionais, ameaçadas pelo fomento industrial, pela crise de mercados ou pelas importações.

De uma forma geral, a crise de 90/91, gerando uma nova e desigual dinâmica de desenvolvimento e de equilíbrio relativo entre os vários sectores de uma classe dominante globalmente débil, dependente, dividida quanto às suas políticas de resposta à crise, implicará para o conjunto deles a reformulação, inicialmente vaga e de conteúdos concretos variáveis, da concepção do papel e da natureza do Estado. O Estado que intervém economicamente, que acode aos sectores em crise, que protege, que financia, que constrói infraestruturas; o Estado dotado da capacidade financeira, da autoridade política e do prestígio indispensáveis para tal; um outro tipo de Estado que as alternativas autoritárias diferentemente começam a formular, produto de novas contradições e necessidades geradas pelas mudanças económicas e sociais do país -e não só delas - nos alvores do século XX. A superação, em suma, do liberalismo político e económico, não pela sua regeneração democratizante - republicana ou outra - mas pela rotura, pelo postulado de um diferente tipo de poder político de cunho antiliberal e de raiz autoritária.

Pode, assim, dizer-se que desde os finais do século XIX, a monarquia portuguesa é investida com crescente vigor e radicalismo por um movimento republicano de base urbana e popular, liderado pela elite pequeno-burguesa das grandes cidades - a frente política dos marginalizados ou excluídos do acesso ao poder. Sem questionar o sistema liberal parlamentar em si mesmo, o republicanismo pretende regenerá-lo, democratizá-lo, derrubando e substituindo a oligarquia rotativa e o seu símbolo por excelência: a coroa bragantina.

Não obstante, o Estado monárquico e a dinastia, nem demonstram a capacidade de neutralizar o perigo republicano "caçando no seu campo", isto é, ensaiando uma auto-reforma do sistema, nem encontram na sua base natural e normal de apoio, entre as classe possidentes, qualquer disposição efectiva de defender o status quo. Também para elas, nas novas condições, aquela monarquia liberal, instável e ineficiente não servia. Sem apoiarem explicitamente a conspiração republicana, as "forças vivas" vão seguramente deixar cair a monarquia. Mais que derrotada pela revolução lisboeta do "5 de Outubro", a monarquia vai render-se, à primeira oportunidade, na capital e arredores, e entrega-se sem sequer esboçar a luta, por simples informação telegráfica, no resto do país. A fórmula monárquica do liberalismo esgotara-se.

A alternativa liberal-republicana

É sabido que a I República (1910-1926) falhou como tentativa de regeneração democratizante do liberalismo monárquico. Toda a sua história é a história do agitado processo agónico do liberalismo português, agora na sua final expressão republicana.

De uma forma muito breve, poderemos sumariar três questões de fundo que ajudam a compreender o falhanço do primeiro ensaio liberal-democrático da História portuguesa do século XX.

1. O cerco social e político

Todas elas se prendem à seguinte e primeira realidade básica: o relativo isolamento do republicanismo como fenómeno social e politicamente minoritário no país e a incapacidade do novo regime em romper o cerco que tal situação implicava. Fenómeno pequeno-burguês e essencialmente urbano, a República, mais do que triunfante, sobretudo no mundo rural -a vasta maioria do país - é passivamente consentida, mercê da situação particular de quase total isolamento em que se encontrava o regime monárquico.

Mas o republicanismo chega ao poder num momento em que já começa a ser claro para a maioria das "forças vivas" que a alternativa para o liberalismo monárquico não é o democratismo republicano: fosse para o mais poderoso bloco do conservadorismo ruralista, fosse para as forças emergentes do industrialismo, a necessidade de um Estado forte, mantenedor da "ordem", económica e socialmente interveniente, era questão assente. O que os levará, de uma forma geral, não obstante as contradições sobretudo quanto o mais que competiria a tal Estado fazer, a encarar com indisfarçável desconfiança e hostilidade a República, e a alimentar uma latente e constante actividade conspiratória contra ela. É bem certo que a República e o partido que nela representará o grande traço de continuidade da governação republicana - o Partido

Democrático[5] de Afonso Costa e depois de António Maria da Silva – tentarão sempre, esforçadamente, conquistar a confiança das "forças vivas" ou, pelo menos, dos seus sectores industriais e comerciais; convencidos da sua competência e zelo para gerir o Estado e os seus interesses, ceder ao essencial das suas exigências. Mas, por paradoxal que isso pareça, tal atitude só agravou o isolamento social do republicanismo: porque foi insusceptível, no seu conjunto, de demover as classes dominantes do projecto autoritário de liquidação do liberalismo; e porque, no afã de aquietar os meios burgueses face ao crescimento da agitação social operária, os governos republicanos envolveram-se numa quase guerra permanente contra o movimento operário que acabaria por os cortar completamente deste seu aliado do "5 de Outubro".

Se, em momentos cruciais de ofensiva das direitas, o operariado ainda acorre a "defender a República" (contra as tentativas da restauração monárquica em 1919, contra as manobras e os golpes político-militares das "forças vivas" em 1924 e 1925), o certo é que ele acabará por assistir impassível, quando não colaborante, ao golpe de misericórdia do golpe de 28 de Maio de 1926. Isolado das "forças vivas", cortado do movimento operário, os grandes momentos de crise económica e política farão desertar do republicanismo mesmo parte dos seus sectores tradicionais de apoio nas classes urbanas intermédias: é o que sucede com os efeitos da I Guerra, em 1917, e, posteriormente, com o impacto das medidas de valorização do escudo e de equilíbrio financeiro em 1924/25. Mais vulnerável do que nunca, o republicanismo irá baquear. Primeiro, em Dezembro de1917, durante o ensaio algo precoce de um

[5] Designação pela qual foi conhecido o Partido Republicano Português quando, a partir de 1911, a sua direcção pasou a ser dominada pela ala radical e jacobina chefiada por Afonso Costa.

"autoritarismo moderno" resultante da revolta e do consulado sidonista[6], depois, com o "28 de Maio" de 1926 que, rico das experiências anteriores, encerrará duradouramente a experiência secular de liberalismo em Portugal.

2. A "ditadura" do Partido Democrático

Em segundo lugar, e decorrente da questão anterior, dever-se-á referir a possibilidade/incapacidade do republicanismo de democratizar o sistema político. esta situação é simples de explicar: realidade social minoritária, e, como vimos, relativamente isolada, a pequena burguesia urbana republicana e o seu Partido Democrático opõem-se ao alargamento e ao reforço da transparência e à representatividade do sistema político, o que para eles poderia significar o abandono da área do poder, senão o retorno a certa marginalização política.

Caía-se, assim, nesta situação curiosa: à sua direita, o Partido Democrático desejava demonstrar a capacidade de governar no interesse e em nome das "Forças vivas", mas, para o poder fazer, tinha de impedir o acesso à direcção do estado dos partidos que tendessem a assumir tal representação, designadamente os partidos da direita republicana que a tal expressamente se candidatavam. Contra essa

[6] Regime político instaurado pela revolta militar de Dezembro de 1917 de que foi figura central o professor universitário, major do Exército e depois Presidente da República Sidónio Pais. Regime de rotura com o constitucionalismo republicano democrático, alguns autores vêm nele um ensaio precoce dos novos autoritarismos que vingarão na Europa do pós-guerra(cf, António Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa,1977).

concorrência à direita, o jacobinismo afonsista[7] lançará as suas milícias privadas ("Formiga Branca", "Voluntários para a Defesa da República", etc.) assaltando sedes de jornais e de partidos, prendendo e intimidando, ou agitará imprudentemente a Lei de Separação das Igrejas e do Estado (de 1911) em perseguições político-religiosas e numa verdadeira acção de "terra queimada", tendente a manter, por meios alheios à concorrência política eleitoral, o monopólio do espaço de intervenção política, o controlo do poder, alcançado entre Outubro de 1910 e 1913[8].

O mesmo se passa, todavia, à sua esquerda: face à agitação operária que cresce na razão directa do seu desencanto com a República, esta irá adoptando medidas, por vezes, de excepcional violência (espingardeamento das manifestações, deportações sem julgamento, perseguições à imprensa, assaltos a sindicatos, prisões maciças, etc.) visando não só bloquear a participação/concorrência do operariado na vida política, mas sobretudo demonstrar às "forças vivas" a sua capacidade de "manter a ordem", de gerir o Estado contra os que pregavam a sua subversão. Esta recusa em chamar o operariado à participação Política terá um elevado custo para a República e para o Partido democrático. O proletariado organizado irá radicalizar a sua luta crescentemente à margem do sistema político liberal e contra ele, colocando-se progressivamente em rotura com a República.

Naturalmente, esta acção repressiva à direita e à esquerda escourava-se na manutenção de um sistema político-institucional e eleitoral que, apesar das promessas republicanas, não conhece qualquer democratização significativa.

---

[7] De Afonso Costa , ver nota 4.

[8] Em 1913, têm lugar eleições parciais que dão a maioria parlamentar ao Partido Democrático.

Efectivamente, o Partido Democrático, principal herdeiro da máquina eleitoral e do cacicato dos partidos monárquicos, passa a fabricar, só que sem parceria rotativa, os actos *eleitorais*: ganhará assim, sem surpresas, quase todas as eleições parlamentares a que concorre durante a I República. O monopólio político, a "ditadura do Partido Democrático", torna-se assim inderrubável eleitoralmente: ele só cederá o lugar ou pela via da força, do golpe militar, ou, frequentemente, face ao risco daquele, quando o faz por conveniência própria também normalmente pela força que, quando por ela arredado, irá recuperar poder. Estavam, assim, criadas as condições para a instabilidade política e a ameaça permanente de subversão do sistema: de 5 de Outubro de 1910 a 28 de Maio de 1926 a I República conhecerá 45 governos e 29 intentonas reaccionárias.

3. A inexistência de um "projecto nacional" republicano

Em terceiro lugar, o republicanismo, fosse o de direita ou de esquerda, mostra-se incapaz de definir um "projecto nacional" próprio ou uma «ideia de Estado» susceptíveis de aglutinar, sob a sua hegemonia, um bloco social e político estável e viabilizador, em termos duradouros, do novo poder.

Talvez por virtude da natureza ideologicamente volátil e instável da sua base social, o movimento republicano dará sempre o primado à "questão política", isto é, às reformas visando o controlo do Estado e das instituições e demonstrar qualquer preocupação programática sistematizada - para aí adoptar medidas pontuais e geralmente inaplicadas - no domínio económico e social.

A sua governação vai ser uma luta desesperada pela sobrevivência,

pela defesa do poder (contra as facções republicanas concorrentes, contra o regime monárquico, contra a conspiração autoritária), feita essencialmente da gestão de um quotidiano de crises e pressões, sem uma estratégia de fundo coerente visível, balançando ao sabor dos safanões da conjuntura. É isso que empresta à I República essa sensação -que parece, aliás, corresponder à realidade histórica do período - de transição para "outra coisa".

Os momentos raros onde parece definir-se um esboço de política económica coerente -o equilíbrio orçamental de Afonso Costa, em 1913, a política de estabilização financeira de Álvaro de Castro, em 1924 - não têm nem continuidade em si próprios, nem possibilidade de articulação com outros objectivos e medidas. E aquilo que mais se assemelhou com a formulação de uma certa ideia do "papel de Portugal no mundo" e com o traçar de um caminho para o alcançar -a política do intervencionismo na I Guerra Mundial - traduziu-se numa manifestação típica do voluntarismo republicanista: o desejo de regenerar Portugal a golpes de audácia e de diplomacia -de ideologia - sem tocar nos factores estruturalmente condicionantes da dependência e do atraso do país. A intervenção assim concebida e executada iria, aliás, com o seu cortejo de dramáticos efeitos económicos, sociais e políticos, agudizar todas dificuldades e contradições do regime, precipitando-o numa crise, à qual, em última análise, acabaria por não sobreviver.

Na realidade, da crise do sistema liberal, agora na sua forma republicana, iria emergir a alternativa autoritária : a Ditadura Militar, imposta pelo movimento militar de 28 de Maio de 1926, e a partir de 1933/1934 o Estado Novo. O encerramento do ciclo do Liberalismo dava lugar ao ciclo da autoritarismo: meio século do século XX português.

LISTA DE PARTICIPANTES

AFONSO, Valéria de Jesus Serra
Escola Secundária da Moita

ALVES, Maria Palmira Cortinho

ALVES, Marília Isabel

ARRANJA, Álvaro Fernando Prazeres
Escola Básica 2,3 ciclos D. Pedro II - Moita

BALDRICO, Joaquim José Gomes
Câmara Municipal do Montijo

CAMACHO, João Tiago Lopes
Lisboa

COELHO, Leonel Eusébio Coelho
Academia Musical Recreativa 8 de Janeiro – Alhos Vedros

COSTA, João Rodrigues da
Moita

FERNANDES, Marcolino Cardoso
Barreiro

FIDALGO, Luís Filipe Paulino
Moita

FLOR, Maria da Glória Luz Ramalho
Escola Básica 2,3 ciclos D. Pedro II - Moita

FONSECA, Elisa Marta Ramos da
Escola Básica 2,3 ciclos D. Pedro II - Moita

GONÇALVES, João Manuel S.
Escola Secundária da Moita

LEITE, Pedro Jorge de Oliveira Pereira
Bruno Soares Arqtºs – Lisboa

LOBO, Helder António Ramos Pires
Vale da Amoreira

LOPES, Cátia
Moita

MARQUES, Marisa Pires
Baixa da Banheira

MARTINS, Maria Amélia Chaveiro
Escola Básica 2,3 Ciclos Álvaro Velho - Lavradio

MARTINS, Rosa Maria Carreiro

MENDES, Vitor Pereira
Moita

MONTEIRO, Lina
Moita

NEVES, João
Jornal *O RIO*

PENEQUE, Rui Vaz
Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros

PEQUENO, Maria José Lourenço
Escola Básica 2,3 ciclos D. Pedro II - Moita

PEREIRA, Maria Alina Brito
Escola Básica 2, 3 Ciclos Fragata do Tejo - Moita

PESTANA, José Manuel Morais
Lisboa

PETERS, Maria da Conceição Almeida
Escola Básica 2,3 ciclos D. Pedro II - Moita

PIEDADE, Luís Manuel Reimão Simões
Escola Secundária da Baixa da Banheira

ROCHA, Maria José Candeias G.
Alhos Vedros

RODRIGUES, Maria Manuela Pereira
Escola Básica 1º Ciclo nº 9 da Baixa da Banheira

SACOTO, Francisco
Gaio- Rosário

SANTOS, Ricardo Jorge
Moita

SILVA, Adelmo Jorge da

SILVA, Fernando Manuel Castelo da
Moita

SILVA, João José da
Baixa da Banheira

SILVA, Victor Manuel Dias da
Baixa da Banheira

SOUSA, Maria Antónia Amaral de
Escola Básica 2,3 ciclos D. Pedro II - Moita

TÁBUAS, Rui Vítor dos Santos

TIRAPICOS, Josefa Marques Rosado
Moita

VELEZ, Maria Fernanda Pardaleiro
Escola Secundária da Moita

VENTURA, António Gonçalves
Escola Secundária de Stº António - Barreiro

VENTURA, Maria Graça Vilela
Escola Secundária da Moita

VICENTE, Maria Cristina Trindade
Escola Secundária da Moita

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 3

INTRODUÇÃO 5

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA 9
Doutor João Bonifácio Serra

1. A Constituição de 1911 9
2. O sistema eleitoral 10
3. A estrutura de poder 11
4. O regime de partidos 12
5. Conclusão 14

A I REPÚBLICA E A GRANDE GUERRA. 1914-1918 17
Mestre Maria Alice Samara

1. Da neutralidade à beligerância 19
2. Do Intervencionismo à "guerra à guerra": uma sociedade dividida 25
3. A frente interna: subsistências e ordem pública 28
4. O sidonismo 32
5. Conclusões gerais 35

A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO 37
Profª Doutora Maria Cândida Proença

1. O papel da educação na cultura política republicana 37
2. A Escola Republicana 44

A CRISE DO LIBERALISMO PORTUGUÊS E A I REPÚBLICA 65
Prof. Doutor Fernando Rosas

Os principais factores de crise do sistema liberal monárquico 66

1. A oligarquização do sistema político 67
2. A crise do "modelo" económico liberal 69

A alternativa liberal-republicana 72

1. O cerco social e político 73
2. A "ditadura" do Partido Democrático 75
3. A inexistência de um "projecto nacional" republicano ... 77

LISTA DE PARTICIPANTES 79